CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da 977ª

Sessão de 04/10/2016

USP

977ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Adalberto Américo Fischmann, Alexandre Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Ana Campa, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Ana Lúcia Duarte Lanna, Alexandre Nogueira Martins, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Carlos Hernandes, Antonio Carlos Marques, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Bruno Sperb Rocha, Carlos Alberto Moro, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Jessica de Oliveira Monteiro Izidoro, Dante Pinheiro Martinelli, Diego Antonio Falceta Gonçalves, Diego Pereira Pandullo, Douglas Rogério Anfra, Eugênio Bucci, Elisabete Maria de Gouveia Dal Pino, Fabiana de Oliveira, Fabiano Guasti Lima, Fábio de Salles Meirelles, Fernando Dias Menezes de Almeida, Fernando José Benesi, Marcelo Mulato, Fernando Silveira Navarra, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Frederico Pereira Brandini, Paula Mikami de Souza, Gabriela Soares Schmidt, Germano Tremiliosi Filho, Gilberto Fernando Xavier, Guilherme Zdonek Mongeló, Hélio Nogueira da Cruz, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Jackson Cioni Bittencourt, Janina Onuki, Jean Paul Walter Metzger, João Cyro André, José Alfredo Gomes Arêas, José Antonio Visintin, José Carlos Bressiani, José Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos Araújo, Liedi Legi Bariani Bernucci, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Sousa de Assumpção, Léa Assed Bezerra da Silva, Leny Sato, Gabriel Varandas Lazzari, Lucas Caprio dos Santos, Marcos Nascimento Magalhães, Luiz Gustavo Nussio, Paolo Di Mascio, Marcelo de Andrade Romero, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Egydio da Silva, Marcos Nogueira Martins, Margaret de Castro, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Paulo Afonso Faria da Veiga, Neli Aparecida Mello-Théry, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Maria Madalena Januário Leite, Maria Tereza Nunes, Maria Vitoria Lopes Badra

Bentley, Marilene Proença Rebello de Souza, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Marly Babinski, Miguel Antonio Buzzar, Paulo César Rodrigues Conti, Paulo José do Amaral Sobral, Paulo Nelson Filho, Paulo Roberto Pereira Santiago, Paulo Sergio Varoto, Pietro Ciancaglini, Raul Franzolin Neto, Renato de Figueiredo Jardim, Renato Melo Ribeiro, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Rodney Garcia Rocha, Sérgio Persival Baroncini Proença, Silvana Martins Mishima, Silvio Moure Cícero, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Suely Vilela, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Umberto Celli Junior, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Vinicius Curti Cícero, Vivian Cristina Davies Sobral Nascimento, Vahan Agopyan, Waldyr Antônio Jorge e Walter Vettore. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Ana Rosa Thisoteine Caldeira Menezes Freitas, Daniel Torres Guinezi, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Fernando Luis Medina Mantelatto, Gabriel Maurílio Colombo de Freitas, José Roberto Castilho Piqueira, Laerte Sodré Júnior, Ligia Fernandes de Oliveira, Lúcia Pereira Barroso, Luiz Henrique Catalani, Maria Cristina Ferreira de Oliveira, Maria Cristina Motta de Toledo e Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Alexandre Martins Rodrigues, Antenor Cerello Júnior, Cibele Saliba Rizek, Cleber Renato Mendonça, Fernando Ferreira Costa, Fernando Joshua Santa Brígida Assunção, José Sérgio Fonseca de Carvalho, Júlio Cerca Serrão, Luana dos Santos Alves Silva, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Margarida Maria Krohling Kunsch, Oswaldo Baffa Filho, Rubens Beçak e Tito José Bonagamba. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a nongentésima septuagésima sétima Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. **M. Reitor**: "Esta aberta a nongentésima septuagésima sétima Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Passaremos ao primeiro tópico, discussão e votação da Ata, da reunião realizada em 12.07.2016. Ninguém querendo se manifestar, coloco em votação. Os que estiverem favoráveis permaneçam como estão. Ninguém se manifestando, está aprovada a Ata." A seguir, o Senhor Secretário Geral passa à apresentação dos nomes dos novos membros do Co. **Secretário Geral**: Diretores: Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim

(EEL); Prof. Dr. Pietro Ciancaglini (FFCLRP); Prof.ª Dr.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda (FFLCH). Representantes de Congregação: Prof.ª Dr.ª Maria Madalena Januário Leite (EE); Prof. Dr. Sergio Persival Baroncini Proença (EESC); Prof. Dr. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (FD); Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz (FEA); Prof. Dr. Fernando Luis Medina Mantelatto (FFCLRP); Prof. Dr. Fernando Silveira Navarra (IF); Prof.ª Dr.ª Marly Babinski (IGc); Prof.ª Dr.ª Marisa Helena Gennari de Medeiros (IQ); Prof. Dr. Marcos Domingos Siqueira Tavares (Representantes dos Museus); Sr. Bruno Sperb Rocha (Representante dos Servidores Técnicos e Administrativos). **M. Reitor**: "Sejam bem-vindos os que chegam pela primeira vez e os que aqui retornam. Todos desejamos que sua passagem por este Conselho seja a mais profícua possível. Há um tópico na pauta de hoje que exige *quorum* qualificado, portanto, farei uma inversão e colocarei em discussão e votação os itens um e dois da Ordem do Dia. Embora o item dois não exija *quorum* qualificado, este tem característica semelhante ao primeiro. Depois continuaremos com o Expediente." A seguir, o **M. Reitor** passa à **ORDEM DO DIA. 1 – CONCESSÃO DE TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO. PROCESSO 2016.1.16537.1.4 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Proposta de outorga do título de Professor Emérito da Universidade ao Prof. Dr. José Goldemberg. Ofício do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, encaminhando a proposta de concessão do título de Professor Emérito ao Prof. Dr. José Goldemberg (abaixo-assinado anexo), para providências (04.07.16). **Parecer da CLR**: aprova a proposta de concessão do título de Professor Emérito ao Prof. Dr. José Goldemberg (06.07.16). Na reunião do Conselho Universitário de 12.07.2016, os autos foram retirados de pauta. **Secretário Geral**: "Trata-se de uma proposta de título de Professor Emérito, encaminhada pelo Gabinete do Reitor, que tem aprovação da CLR, já havia entrado na pauta da reunião anterior, foi retirada de pauta e retorna agora para análise do Colegiado." **Cons. Marcos Nogueira Martins**: "Apresentar o Professor Goldemberg é uma tarefa que deveria ser fácil, porque todos conhecem, ele é muito mais conhecido do que eu, de forma que me sinto constrangido em fazer isso. Mas estou aqui para defender que aprovemos este título, que considero muito merecido pelo Professor Goldemberg. O Professor Goldemberg é uma pessoa

de destaque, se destacou em todas as atividades das quais ele se dedicou e se dedicou a muitas atividades, em vários níveis. O Professor começou no Instituto de Física, foi diretor por duas vezes, deixou sua marca na pesquisa do Instituto de Física; ele, de certa forma, moldou o Instituto ao que ele se tornou depois. Ele é Professor Emérito do Instituto de Física e aqueles que conhecem o Instituto, com todas as personalidades e os vários egos que há lá, conseguir dois terços da Congregação para dar um título de Professor Emérito só mesmo alguém muito especial, como o Professor Goldemberg para conseguir. De forma que isso já fala muito sobre as características dele. Mas ele teve atuação também depois que deixou o Instituto: na Universidade, como Reitor; depois no Governo Federal; no Governo Estadual; uma atuação internacional muito reconhecida também na área de questões energéticas e de mudanças climáticas. É uma pessoa que está sempre atuando e de forma muito visível e importante. Penso que a Universidade, concedendo este título, vai fazer algo muito positivo e engrandecer a Universidade também por tê-lo como Professor Emérito." **Cons.ª Liedi Legi Bariani Bernucci**: "Algumas palavras complementares sobre o Professor Goldemberg, que também foi docente da Escola Politécnica e a Escola tem um grande apreço por ele. É uma enorme satisfação ver a USP dando este título de Professor Emérito - até tardiamente. O Professor Goldemberg tem uma trajetória importante internacional. É uma pessoa que veio para a USP para fazer Física e se tornou uma pessoa de grande inserção internacional, foi professor em várias universidades fora - Paris, Toronto, Princeton, Stanford - e teve um papel muito importante na Universidade, que acho que precisamos destacar e nunca esquecer, que foi conseguir a autonomia financeira da Universidade. Essa é uma marca muito importante do Professor, ele deixou outras marcas também importantes, que é o Instituto de Estudos Avançados, a CCInt. Ele introduziu essas ideias visionárias na Universidade, é uma das pessoas que faz com que a USP hoje seja uma Universidade de excelência. Hoje ele é Presidente da FAPESP, uma pessoa que além de ocupar esses cargos públicos, é uma pessoa de destaque na Energia - na Energia Renovável -, é reconhecido e tem títulos fora. De forma que, penso ser mais do que merecido reconhecermos a importância do Professor Goldemberg para a Universidade de São Paulo, para o país e que coloca o país em destaque internacional." **Cons. Eugênio Bucci**: "Não vou

repetir as lembranças das intervenções que me antecederam, mas naturalmente a minha argumentação vai na mesma linha. Talvez como ex-estudante do Largo São Francisco onde me formei e, também, estudante e professor da Escola de Comunicações, eu possa acrescentar algo sobre a projeção do Professor Goldemberg, dando uma dimensão de comunicador a serviço da ciência, do esclarecimento, do conhecimento, com uma enorme visibilidade e credibilidade na dimensão pública. Professor Goldemberg é hoje Presidente da FAPESP - como foi lembrado - e é, também, colunista da Rádio USP, onde desenvolve um trabalho notável toda semana. Ele foi ministro, foi secretário e ganhou um prêmio muito importante, entre vários outros, que é o Prêmio Planeta Azul, concedido pela Asahi Glass Foundation, que é, talvez, o prêmio mais prestigioso na área de Ambiente, em termos globais. Ele criou o Instituto de Estudos Avançados, do qual sou conselheiro, mas isso indica também, além do caráter visionário do Professor Goldemberg, aquilo que dá mais significado para um título como esse que se pleiteia para ele neste momento, ele sintetiza a identidade da USP. Quando ele enxerga o papel de um Instituto Estudos Avançados, trabalhando com olhos no futuro, quando defende as causas que defende em relação a energia, a ciência, a civilização, ele leva mais longe a razão de ser dessa Universidade, no passado, no presente e, sim, no futuro. Então, temos esse significado na hora de conferir este título: um homem de coragem que tomou decisões ousadas em seu tempo; um homem de trabalho, de uma vitalidade inquebrantável; e me somo às falas anteriores para defender esta proposta." **Cons. Fábio de Salles Meirelles**: "Penso que falar de Goldemberg é iniciar lembrando a sua simplicidade, seu humanismo e sua inteligência. E a virtude principal é que o Goldemberg sempre atuou pensando nos interesses da coletividade, da sociedade; dignidade que mostrou uma espiritualidade que alcança mais do que ele conseguiu no seu trabalho para a nossa sociedade, na sua espiritualidade ele mostra que caminhamos para um outro universo, porque ele já é a própria universidade pelo seu saber, a sua compreensão e a sua dignidade." **M. Reitor**: "Não havendo mais inscritos, passaremos à votação." **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 11 (onze); Total de votantes = 103 (cento e três). É aprovada a concessão do título de Professor

Emérito ao Prof. Dr. José Goldemberg. Palmas. **2 – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO PAPEL DO VICE-REITOR PROF. DR. HÉLIO LOURENÇO DE OLIVEIRA EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. PROCESSO 2015.1.3044.1.3 - COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Proposta de reconhecimento do papel do Vice-Reitor Prof. Dr. Helio Lourenço de Oliveira em defesa da autonomia universitária. Ofício da Assessora do Gabinete, Sr.ª Claudia Toni, à Superintendente Jurídica, Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci, encaminhando cópia das Atas do Co relacionadas ao assunto, justificativa da solicitação e cópia do livro "USP 1968-1969 Helio Lourenço de Oliveira", editado pela Edusp, para análise (27.01.16). Ofício da Presidente da Comissão da Verdade da USP, Prof.ª Dr.ª Janice Theodoro da Silva, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, encaminhando o relatório de exposição de motivos para a solicitação de recolocação do quadro do Prof. Dr. Helio Lourenço de Oliveira na galeria de quadros dos antigos Reitores da USP. Ofício do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, ao Senhor Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, encaminhando a proposta para que o Conselho Universitário delibere sobre a colocação do quadro do Prof. Dr. Helio Lourenço de Oliveira, Vice-Reitor no exercício da Reitoria entre 1968 e 1969, em local de destaque na sede da Reitoria, como forma de reconhecimento por sua luta pela liberdade acadêmica e por seu protagonismo no processo de reforma da Universidade (26.09.16). **Parecer da PG**: esclarece que a colocação de quadro do Professor Helio Lourenço de Oliveira na sede da Reitoria subsume-se à previsão normativa de conferência de dignidade universitária, não existindo óbices jurídicos a sua deliberação pelo Conselho Universitário, cabendo a este, no seu exercício de competência discricionária, avaliar a conveniência e oportunidade quanto ao mérito administrativo (27.09.16). **Parecer da CLR**: o Senhor Presidente aprova, "ad referendum" da Comissão, a proposta de fixação do quadro do Prof. Dr. Helio Lourenço de Oliveira, Vice-Reitor no exercício da Reitoria entre 1968 e 1969, em local de destaque na sede da Reitoria da Universidade, como forma de reconhecimento de seu papel na autonomia universitária, bem como nos termos do parecer da Procuradoria Geral. **Secretário Geral**: "Há um ofício da Presidente da Comissão da Verdade da USP, endereçado ao Magnífico Reitor, solicitando a recolocação do quadro

do Professor Helio Lourenço de Oliveira na galeria de retratos. O Reitor então encaminha à Secretaria Geral a proposta para que o Conselho Universitário delibere sobre a colocação do quadro do Professor Helio Lourenço de Oliveira."

Cons.ª Margaret de Castro: "A biografia do Professor Helio Lourenço de Oliveira confunde-se com a história da USP. Ingressou na Faculdade de Medicina da USP em 1935, um ano após a fundação desta Universidade. Em 1953, aos 36 anos, o então livre-docente e chefe do Serviço de Moléstias da Nutrição e Dietética do Hospital das Clínicas da FMUSP, foi convidado pelo Professor Zeferino Vaz para fundar o Departamento de Clínica Médica da recém-criada FMRP-USP. Em 1963, o Prof. Helio foi eleito representante da Congregação da FMRP junto ao Conselho Universitário da USP e reconduzido por duas vezes a essa posição, tornando-se voz bastante ativa e liderança entre seus pares, que culmina com seu papel fundamental na condução da reforma universitária de 1968. Com o afastamento do então reitor Gama e Silva para assumir o cargo de Ministro da Justiça do general Costa e Silva, durante o período militar, o Professor Mário Ferri foi indicado para vice-reitor em exercício, entre 1967 e 1969. A inesperada renuncia do Professor Ferri ao cargo de vice-reitor em outubro de 1968, faz com que, no mesmo dia, o Conselho Universitário vote, em regime de urgência, uma nova lista tríplice. O Prof. Helio, ausente da reunião, foi o único a obter maioria no primeiro escrutínio, e encabeçou a lista. Sobre sua indicação pelo Co, cito palavras do próprio Professor Helio, que era avesso ao sectarismo, acreditava que a academia devia manter-se isenta e plural, e que sempre defendeu a autonomia universitária em relação a ideologias e partidos políticos "…nesse gesto do Conselho Universitário um significado iniludível – a vontade de manifestar a independência da Universidade, o protesto contra interferência em sua vida de interesses estranhos à própria atividade universitária". Entretanto, sua altivez e independência resultaram na sua cassação pelo próprio Gama e Silva, em decreto que demitiu, além dele, mais outros 23 professores desta Universidade. O Professor Helio Lourenço viu-se forçado a se exilar do Brasil, juntamente com sua família, e trabalhou como consultor de ensino médico para a Organização Mundial da Saúde em Alexandria, no Egito, até 1972. Quando, nos primórdios do retorno à democracia, começou, em 1978, a surgir a ideia de anistia, pretendeu o Governo concedê-la, condicionando-a, entretanto, a que o

punido requeresse, individualmente, o retorno à posição que ocupava, como quem solicita favor de interesse pessoal. Helio Lourenço reclamou do procedimento, em carta dirigida ao Diretor de sua unidade: 'Acredito que a USP autêntica, cuja revolta testemunhei em 1969, considera a reintegração dos professores afastados a reparação necessária do agravo que ela então sofreu. E espero que os dirigentes da Universidade, representando-a, saibam agora tomar as medidas idôneas para que se alcance esse objetivo – cuja consecução não teria o mesmo sentido moral se fosse simplesmente o resultado de reivindicações pessoais. Somente pela iniciativa institucional haverá reparação, na reintegração coletiva de todos os atingidos pelo AI-5, ainda que algum deles, por invencível motivo pessoal, venha a solicitar sua exceção. Se assim for, colocando-se a Reitoria à altura da Universidade que deve representar, eu aceitarei minha reintegração, em dedicação exclusiva, solidário com o gesto da Universidade. Doutra forma, permanecerei onde estou, servindo à USP como testemunho de que uma reparação ainda lhe estará sendo devida.' Seu apelo prosperou. A anistia foi aprovada e os professores da USP, afastados em 1969, receberam, do então Reitor, ofício formal, convidando-os para retornar a seus cargos. Assim, o Prof. Helio foi reintegrado em seu cargo de Professor catedrático do Departamento de Clínica Médica da FMRP, em julho de 1980. Em 1982, a Congregação da FMRP o elegeu seu representante no Conselho Universitário e em 1983 tomou posse como diretor da FMRP. Por eleição no Conselho Universitário, em fevereiro de 1984, tornou-se segundo Pró-reitor da USP. Infelizmente, acometido por grave doença, teve pouco tempo após sua reintegração para vivenciar seu protagonismo natural no âmbito acadêmico, e assim, continuar a colaborar com a USP, com sua inteligência profunda, mente serena, dignidade e princípios. O Professor Helio Lourenço de Oliveira foi sepultado em 15 de março de 1985. A proposta de fixação do quadro do Prof. Dr. Helio Lourenço de Oliveira, Vice-Reitor no exercício da Reitoria entre 1968 e 1969, em local de destaque na sede da Reitoria da Universidade reconhece o papel do Professor Helio Lourenço de Oliveira na defesa da autonomia da USP em um momento crítico da vida política brasileira, e repara a grave injustiça de que foi vítima um homem cuja estatura dentro da USP compara-se a poucos; é um tributo que a Universidade de São Paulo ainda lhe deve." **M. Reitor**: "Por uma questão de

conflito pessoal, não pude me manifestar antes. Devo dizer que vejo essa resolução com muita satisfação e muito orgulho. E vou ler dois aspectos significativos desse livro que aí tem. Um é a opinião do seu colega à época - porque era representante no Conselho Universitário no momento da discussão da primeira importante grande reforma da Universidade, em 1968 -, o Professor Antonio Cândido de Mello e Souza, que se refere a ele da seguinte forma: 'No entanto, ele representava o que havia nela - na Universidade - de melhor.' Não esqueçam que era um momento de muito conflito e que muitos haviam adotado posições absolutamente antagônicas com a vida universitária. 'Inclusive, o verdadeiro espírito da reforma, todos os que daquele tempo lembram a generosa amplitude de suas posições em relação à flexibilidade da carreira, ao aumento das oportunidades de acesso, ao alargamento da gestão nas instâncias superiores, tradicionalmente limitada aos catedráticos. Lembram, sobretudo, a sua valorização do trabalho em equipe, planejado e articulado como superação do individualismo e aumento das possibilidades de descobrir e acertar.' Não há que se ter dúvida de qual foi o motivo que levou à cassação. É muito simples. É que naquele final de semana que antecedeu a cassação havia saído a primeira lista dos professores caçados da Universidade de São Paulo. Eram eles os professores Jayme Tiomno, Florestan Fernandes e Vilanova Artigas. E o Professor Helio Lourenço de Oliveira dirige um ofício ao Ministro da Educação questionando e solicitando sua intervenção junto ao Presidente da República e recebe a seguinte resposta: 'Antes de responder ao telex número XX recebido, desejaria conhecer a opinião de V. Magnificência sobre se são justos ou não quanto aos fundamentos ideológicos e de defesa do Regime os atos de aposentadoria dos professores desta Universidade expedidos pelo Governo Federal.' Perguntava-se se ele, como reitor em exercício, na essência julgava justos os atos e o fundamento ideológico para defesa do Regime. Então, foi por esse motivo que ele e outros numerosos professores da Universidade sofreram. Portanto, essa decisão de agora nos permitirá sempre lembrarmos deste período, que foi negro na vida do país e mesmo da Universidade, mas que houve numerosas pessoas que se opuseram àqueles atos. Continuaremos depois a ordem do dia. Vamos passar ao Expediente." Ato seguinte, passa-se ao **Item 3 - Comunicações do M. Reitor**. **M. Reitor**: "Senhoras e senhores conselheiros e convidados, na última reunião do

Conselho Universitário de 2015 foi submetido à análise e votação o Programa Parceiros da USP. A proposta foi saudada por vários conselheiros, embora com resistência de alguns representantes de categorias, de servidores e discentes, que viam nessa proposta uma forma de submissão da Universidade a interesses privados, com perda de sua independência. No entanto, a maioria prevaleceu, sendo a proposta aprovada por oitenta e um votos a favor, dez contrários e duas abstenções. A aprovação por amplíssima maioria reflete a opinião dominante na Universidade de São Paulo, de que a USP tem que ampliar suas relações com os diferentes setores da sociedade, tanto nas suas ações como em busca de financiamento. Aliás, naquela reunião ouviram-se sucessivas sugestões de que a Universidade deveria buscar fontes adicionais de financiamento. Aliás, todos aqui já ouviram dezenas de vezes as comparações de como as universidades brasileiras, em especial a USP, não busca o apoio de seus ex-alunos, em contraposição às congêneres estrangeiras. Também há uma grande convergência na visão de que, com a devida cautela e no ritmo adequado, as três universidades paulistas terão que buscar modelos de financiamentos complementares àquele - que é presente - que garantiu nossa sobrevivência até o momento. De fato, isso já acontece em grande parte. Apenas a FAPESP, por exemplo, garante anualmente a entrada na USP de valor equivalente a 10% do nosso orçamento, da ordem de R$ 540 milhões, que constituem um aporte considerável à pesquisa. A concessão desses recursos é decidida fora dos muros da USP e nem por isso podemos dizer que ultraja a nossa autonomia. Numerosas outras fontes de recursos de órgãos governamentais ou privados chegam à Universidade. Esse fluxo é sempre examinado por gestores autorizados da Universidade e por órgãos colegiados, legitimando essas ações. Devemos lembrar, além do mais, que a Universidade moderna tem que se relacionar com setores públicos e privados externos, não apenas em busca da sua sustentação financeira, mas também como forma de contribuir para a sociedade e receber dela o *feedback* necessário para garantir sua relevância. As universidades isoladas por um muro vão se distanciando de suas comunidades, passam a ser dominadas por interesses externos mesquinhos ou cartoriais, e consomem-se em lutas intestinas ao redor de temáticas, em geral, irrelevantes. Afogam-se em sua irrelevância, acabam esquecidas pela sociedade, que se negará a mantê-las

com seus recursos. Para merecer o financiamento da sociedade - de todas as fontes da sociedade - que nos vem por meio de impostos, somos obrigados a atender aos interesses de toda a sociedade. Fiel a esta concepção e apoiado na maciça aprovação por parte da Universidade, a presente administração tem promovido constante contato com os mais diversos setores da sociedade. Tanto na cidade de São Paulo, como no Estado e, mais amplamente, reitor, vice-reitor, pró-reitores, temos nos reunido e debatido questões conceituais e práticas da vida acadêmica e da gestão universitária, com governadores, ministros, senadores, deputados estaduais e federais, membros do judiciário, prefeitos, vereadores, federações de setores da economia, diretores de órgãos de pesquisa, de ciência, de tecnologia, reitores de universidades, embaixadores, membros dos movimentos sociais, empresários, diretores de empresas públicas e empresas privadas, nacionais ou multinacionais, reis, príncipes, presidentes de república, favelados, prelados, militares e artistas. Produto prático exemplar e recente dessa atividade é a promoção conjunta da USP e do SESC de uma exposição sobre adornos do Brasil Indígena - Resistências Contemporâneas, que convido todos a visitar no SESC Pinheiros, que já recebeu milhares de visitantes e contou, na sua inauguração, com a presença do Ministro da Cultura de Portugal; e a participação do Reitor da USP, na última semana, como presidente de uma reunião internacional, com mais de 3 mil participantes, entre empreendedores, estudantes, investidores, reitores de universidades, artistas, esportistas, ministros de estado e governantes, em Santiago de Compostela, na Espanha, visando à promoção do conceito de universidade empreendedora. Especificamente em relação à meta de estreitar nossas relações com ex-alunos da universidade, além da iniciativa de algumas universidades, como por exemplo, a Escola Politécnica, que já conta com um fundo patrimonial formado e mantido por politécnicos; iniciamos, recentemente, dois programas voltados para o conjunto da USP. Primeiro, a criação de um escritório para incentivar o contato dos nossos ex-alunos - programa denominado USP Alumni; segundo, um programa denominado USP do Futuro. Nesse caso, visitei pessoalmente alguns ex-alunos da Universidade de São Paulo, todos empresários bem sucedidos, e os convidei a participarem mais ativamente da vida da nossa Universidade. Ouvi suas opiniões sobre a USP e desde logo detectei o grande respeito e imensa

gratidão que eles têm pela sua Universidade. Todos querem oferecer sugestões, todos querem ajudar, inclusive, eventualmente, financeiramente. Seria interessante ouvi-los? Por que não? São pessoas formadas pela nossa Universidade e que alcançaram sucesso na sociedade por meio de atividades altamente construtivas, são construtores da sociedade, são exemplos que queremos ver repetidos entre nossos alunos graduados. Garantem a criação e manutenção de milhares de empregos e as atividades econômicas das empresas que eles dirigem geram impostos que ajudam a manter esta Universidade. Entendem ainda que, além dos impostos que geram para manter a USP, podem contribuir ainda mais com recursos financeiros para o sucesso da USP. Por que eles fariam isso? Porque eles têm interesse no sucesso da USP, que forma recursos humanos altamente qualificados, capazes de atender às suas necessidades, às necessidades das empresas que dirigem, às necessidades da sociedade. Porque o interesse das empresas que dirigem é interesse da sociedade e também podem gerar soluções interessantes de inovação para aumentar a competitividade das empresas brasileiras, e é isso que as universidades fazem no mundo todo. Assim, eles se despuseram a fazer uma doação para pagar o contrato de uma empresa de consultoria especializada para examinar dois aspectos da nossa Universidade - sua estrutura e gestão, em especial, financeira e administrativa. Todos sabem que não andamos bem das finanças nos últimos anos, depois vou apresentar alguns gráficos. Segundo, estruturar um arcabouço de projeção futura. Os documentos que tratam disto seguiram os trâmites habituais, sendo o convênio aprovado na COP, comissão deste Conselho Universitário, em 2 de agosto. E no dia 5 de setembro, a pedido dos nossos ex-alunos, visitamos o Governador do Estado para dar conhecimento a ele do projeto e ouvir sua opinião, como estão sendo ouvidas opiniões de numerosos outros atores, internos e externos, da Universidade. O trabalho está em andamento e, obviamente, se entendermos que possa contribuir para melhorar a gestão ou planejamento, serão dados a conhecer futuramente as diferentes instâncias da Universidade. Como hoje, primeira oportunidade depois desses desenvolvimentos, comuniquei o Conselho Universitário. Obviamente que me surpreendeu que alguns setores da Universidade tenham tratado do tema como se houvesse algo de estranho ou de acobertado neste processo. Não, não há. Esteve na

ordem do dia da COP, como disse. A reunião fez parte da agenda - que é pública - do Governador do Estado. Esta é a primeira reunião do Co após termos firmado o convênio e os trabalhos se iniciarem. Fizeram circular comentários excêntricos, como se estivéssemos organizando um complô para estabelecer o ensino pago, assunto obviamente de competência do Congresso Nacional. Não somos qualificados ainda para fazermos modificações da Constituição da República Federativa do Brasil. Mas se me surpreenderam os comentários, porque disparatados ou inconsistentes com aquilo que é a vontade majoritária da Universitária, não servirão absolutamente para nos desviar. Essa tentativa de provocar intranquilidades em um ambiente de contestação e de conflito na Universidade é absolutamente incompatível com o momento atual, um momento de tranquilidade na Universidade, de pacificação, de crescimento da Universidade, um momento que começamos externamente a recuperar a visão positiva que sempre cercou essa instituição. Vivemos uma universidade vibrante, democrática, progressista, amplamente reconhecida e respeitada no exterior e na sociedade brasileira. Se a discussão e a discordância fazem parte da vida democrática, especialmente na universidade, o clima de desconfiança, de denúncias permanentes e repetitivas, de mudança contínua de foco de agitação, isto não faz. Não. Movimentos artificiais que interessam apenas a pequenos grupos políticos, mas não à coletividade. Quero reiterar com firmeza, para que não reste qualquer dúvida, de que esta administração continuará a ouvir e a interagir com todos os setores da sociedade e continuará buscando apoio de seus ex-alunos. Estou convicto de que somente o diálogo com todos fará que a defesa da USP seja feita pela própria sociedade e, desta forma, garantirá nossa sobrevivência. Caso contrário, meus caros, nosso destino seria o pior que existe. É nos tornarmos irrelevantes, ninguém se importar conosco. (Inicia-se uma apresentação) Quero mostrar mais algumas coisas interessantes com os *slides*. Isso já foi mostrado na reunião de dirigentes, mas não ao Conselho. Isso é média anualizada. Mostra o crescimento do comprometimento das três universidades paulistas - em verde a UNESP, em vermelho a UNICAMP, em azul a USP - ao longo dos últimos anos, a começar de janeiro de 2010. Verão que até a metade de 2011, a USP tinha uma situação de comprometimento de folha extremamente confortável, mais ou menos 77% do que recebíamos de ICMS estavam

comprometidos com folha de pagamento. Neste momento, julho, agosto até outubro de 2011, começa uma explosão em que rapidamente ultrapassamos os 100% em termos de comprometimento com folha de pagamento. O nosso mandato começou em 2014, vejam que depois de brecarmos esse crescimento, ele se estabiliza, mas ainda há um segundo pico no final de 2014, quando os comprometimentos feitos na gestão anterior foram cobrados de nós e tivemos que pagar. Então, um conjunto grande de promoções que haviam sido asseguradas na gestão anterior, tivemos que pagar a partir do final de 2014, provocando o segundo crescimento. Vejam que conseguimos conter o crescimento exagerado que vinha ocorrendo, segurando. Temos a queda notória do primeiro PIDV, mas ainda continuamos com o comprometimento próximo de 100%. A se registrar é que as outras duas universidades que estavam em uma posição muito confortável começaram a acompanhar também a Universidade de São Paulo, em um ritmo menor, chegando já próximo do comprometimento da USP, em termos de folha de pagamento. Isso é o que todos tem visto com relativa frequência em todas as nossas reuniões. Mas quero acrescentar uma outra informação, que é também muito mais importante. Não é só com folha de pagamento que gastamos dinheiro, é com precatórios, custeio, investimentos, aí em preto está o comprometimento financeiro da USP global, tudo que gastamos. Vejam que a partir de julho de 2011, quando ainda estávamos gastando menos de 100% e guardando dinheiro, há uma explosão e chegamos a comprometer 125% do que recebemos. Quer dizer, recebemos 12 repasses por ano do Governo Estadual e gastamos 15. Vejam que quando brecamos o crescimento da folha, também brecamos o crescimento das outras despesas, como custeio, investimentos. Seguindo, aí está o resultado do nosso esforço, resultado do esforço coletivo, de todos. Vejam a enorme queda que conseguimos fazer, principalmente dessas despesas que são mais administráveis, como custeios e investimentos. Economias que a Reitoria, junto com todos os dirigentes, fizemos nestes anos. Vejam o quanto se gastava além da folha em julho de 2013, por exemplo, e vejam o que estamos gastando hoje. Este é o resultado do esforço conjunto, da Reitoria e dos diretores. Agora, isto aqui é muito mais surpreendente se levarem em conta a curva seguinte. Seguindo, esse *slide* resume agora só a situação da Universidade de São Paulo, a folha de pagamento em azul, o custo total da USP em cinza e o ICMS,

nossa fonte de recursos, em vermelho. Vejam que o ICMS vinha crescendo até o final da gestão anterior, quando os gastos da Universidade já haviam explodido. Foi a partir do meio de 2014, primeiro ano dessa gestão, que o ICMS começou a cair irreversivelmente, progressivamente, até chegarmos a níveis que hoje estão abaixo de 2009. Então, diante de receitas que estão diminuindo mês a mês, estamos conseguindo conter o comprometimento com folha de pagamento e conseguimos reduzir enormemente os gastos da Universidade. Claro que isso causa dificuldades, exige trabalho, exige replanejamento, mas isso não destrói a Universidade. O que destrói a Universidade é um comprometimento além daquilo que se pode pagar, porque deste não há salvação. E o que me surpreende é que muitos que estão extremamente preocupados com a autonomia da Universidade e acham que conversar com ex-alunos pode comprometer a autonomia da Universidade de São Paulo passaram anos vendo esse crescimento explosivo das nossas finanças que estão quase que destruindo a Universidade de São Paulo, não falaram nada, não estavam preocupados com nossa perda de autonomia, que é o resultado inexorável se não restabelecermos o controle sobre nossas finanças. Além disso, para se ter ideia do esforço de cada um que aqui está, isto é, da Reitoria e diretores de unidades, vejam que em dois anos reduzimos as despesas de custeio e investimento da USP em 37%, valor nominal, e se corrigirmos pela inflação, reduzimos 47%. Conseguimos reduzir quase metade. Seguindo, isso se aplica a todos os setores da Universidade, mas achei interessante pinçar o que o ocorreu com os gastos da Reitora, em termos de assessorias e superintendências. Resumi a economia que estamos fazendo com a redução de pessoal de cargos de assessoria e de superintendentes nomeados pelo Reitor. Temos uma redução de contratos em comissão, temos redução de funcionários do Gabinete, que foram transferidos para unidades de ensino e pesquisa, temos docentes que faziam função de assessoria e receberam nosso agradecimento e não estão mais lá, e três gestores que acumulam funções, representando economia de quatro representações, e uma superintendência que não está preenchida. Com essas reduções, estamos economizando na Reitoria R$ 2 milhões por ano. Seguindo, no entanto, continuamos muito bem. A USP é a Universidade que tem mais cursos reconhecidos como de primeira qualidade no país, continua com a produção

científica crescente, sua colaboração com entidades estrangeiras vem crescendo em um ritmo que é quase o dobro do restante do país - esses são números de trabalhos em colaboração. Uma consequência disso é que o impacto dos trabalhos produzidos na Universidade de São Paulo também é crescente - esses são dados externo, tirados de bancos de dados no exterior. Por exemplo, no ranking do QS World University, aparecemos como uma das 50 universidades com maior reputação acadêmica no mundo e uma das 50 universidades - posição 45 - com maior reputação entre os empregadores, no mundo todo. Comparando os mais variados *rankings* - pois *rankings* existem para todos os gostos e sabores - em todos eles a Universidade de São Paulo é a primeira do Brasil e os da América Latina nos mostram em primeiro lugar, exceto em um ano em que o QS University da América Latina cometeu um engano, mas logo em seguida se corrigiu, vejam que voltamos imediatamente para o primeiro lugar. Então, esta é a USP. Como disse, uma universidade vibrante, crescente, que vai muito bem e que está aumentando sua relação com a sociedade, está ganhando cada vez mais uma visão positiva e esta é a trilha que esta administração vai continuar fazendo. Muito obrigado." Palmas. **M. Reitor**: "As palmas são para a Universidade, obviamente. Antes de passar a palavra aos próximos, preciso relatar que na última reunião do Conselho Universitário houve uma decisão para fazermos eleições dos discentes por meio eletrônico. A resolução foi aprovada e ficou pendente elaborar um texto que estava presente em um destaque, que pedia uma comissão paritária para acompanhar a eleição. Portanto, é isso que vou ler para ver se estão perfeitamente de acordo, isto é, se esse texto traduz exatamente aquele que foi o destaque aprovado." Apresentação – projeção do texto aos Conselheiros. **Cons. Lucas Caprio dos Santos**: "A categoria estudantil debateu esse tema em conjunto com os centros acadêmicos e chegamos ao seguinte posicionamento: tradicionalmente, conforme resolução aprovada no Conselho Universitário em 2000, a representação discente é eleita de forma autônoma pelos próprios estudantes, em conjunto com as eleições para o Diretório Central dos Estudantes, no caso das vagas de representação discente da graduação, cujas cadeiras são distribuídas de forma proporcional aos votos das chapas participantes do processo. Também as vagas de representação discente de pós-graduação e nos órgãos colegiados das unidades são

realizadas de acordo com as deliberações dos estudantes nos seus fóruns. A alteração aprovada na última reunião do Conselho Universitário, a partir de proposta de parcela minoritária dos representantes discentes, sem respaldo em qualquer deliberação estudantil, as eleições para a representação discente não seriam mais organizadas de forma autônoma pelos próprios estudantes, mas sim controladas pela Secretaria Geral, no caso dos Conselhos Centrais, ou por órgãos análogos de cada unidade, no caso dos órgãos colegiados das unidades, com a participação estudantil reduzida a uma comissão entre estudantes e professores. O argumento central por trás da suposta necessidade de que a Secretaria Geral controlasse o processo eleitoral foi: a responsabilidade pelas decisões tomadas pelos membros dos órgãos colegiados é da própria Universidade, portanto caberia a ela própria e não a entidades como o DCE, APG e os centros acadêmicos, externas à administração da Universidade, a 'responsabilidade para normatizar, regulamentar e realizar' as eleições dos mesmos. Não encontramos, porém, qualquer questionamento por parte da administração da Universidade às vagas de representação de entidades externas à Universidade com direito a voz e voto no Conselho Universitário, estabelecidas no Estatuto da USP, sem qualquer forma de regulamentação do processo de tais indicações. Não nos parece que o critério para deslegitimar a forma de eleição da representação estudantil, meramente organizada pelas entidades acadêmicas, seja o mesmo usado quanto à representação das instituições externas no Conselho Universitário, que simplesmente indicam seus próprios representantes. (Por educação não especificamos no documento, mas nos referimos à FIESP, à FAESP, à FECOMERCIO, que são entidades externas que indicam seus representantes.) Entendemos que compete ao corpo discente, nos seus fóruns, a definição dos métodos mais apropriados para a eleição de uma representação discente, de fato, representativa da comunidade estudantil em sua pluralidade e para a garantia da sua legitimidade. A dinâmica da categoria estudantil não pode ser reduzida à esfera virtual, sem contato real e troca de ideias, sob a pena de reduzir a participação estudantil no processo e comprometer sua representatividade e sua legitimidade. Na reunião do Conselho Universitário de 12 de julho, a maioria dos representantes discentes de graduação e pós-graduação, endossados pelas diversas entidades

acadêmicas, apresentaram pedido de vista da proposta de alteração do Regimento Geral que tira das entidades acadêmicas a autonomia na realização das eleições para representação discente nos órgãos colegiados centrais e das unidades, argumentando sobre a falta de comunicação prévia às entidades acadêmicas, diretamente interessadas no assunto e necessidade de maior tempo para debate. O pedido de vista foi rejeitado pelo Reitor, alegando questão de mérito na solicitação. Dado que se passaram quase três meses desde a referida reunião até a o dia de hoje, na reunião atual, a partir de quando efetivamente poderá vigorar a alteração regimental, é evidente que não havia nenhuma urgência em votar aquela pauta naquele momento. A atitude da Reitoria da USP foi, portanto, de negar o diálogo com as entidades acadêmicas, a fim de aprovar, a toque de caixa, uma medida completamente antidemocrática, que restringe o direito à autonomia da representação estudantil. Entendemos que esta proposta representa um duro ataque ao movimento estudantil, seus representantes e à democracia na Universidade, por motivação política durante uma greve estudantil. A Universidade de São Paulo já acumula o triste título de universidade mais antidemocrática do país, por ainda não ter um processo de escolha do reitor feito de forma direta, ignorando o direito de escolha de toda a comunidade universitária. Não podemos aceitar que essa ofensiva antidemocrática continue avançando em nossa Universidade. Os estudantes não reconhecem qualquer legitimidade em um processo eleitoral de representação estudantil, comandado pela Secretaria Geral, que diz respeito somente à categoria estudantil, ser coordenado pela Reitoria e seus órgãos. Comunicamos também que, nesta data, 21 de setembro, o Conselho de Centros Acadêmicos, instância deliberativa do Diretório Central dos Estantes, deu início ao processo eleitoral para a gestão 2017 do Diretório Central dos Estudantes e da representação discente de graduação. Assim como me parece que a pós-graduação também está realizando seu processo eleitoral. Viemos reafirmar nosso posicionamento: os estudantes não reconhecem a legitimidade da medida proposta pela reitoria ou em qualquer processo eleitoral de representação estudantil coordenada por quaisquer agentes que não os próprios estudantes. Defendemos a suspensão da deliberação da reunião do Conselho Universitário de 12 de julho e que qualquer proposta de alteração no processo eleitoral da representação discente

seja feita mediante diálogo com as entidades estudantis. Repudiamos a recusa ao diálogo e a postura antidemocrática da reitoria, e entendemos tal medida como um imenso ataque aos nossos direitos democráticos. Em defesa da democracia na Universidade de São Paulo e do direito à representação estudantil. Em defesa da universidade pública de qualidade. Os estudantes devem decidir pela autonomia estudantil na deliberação de seus representantes." **Cons. Gabriel Varandas Lazzari**: "Acho que mais do que expor motivos do ponto de vista jurídico - apesar da importância que damos à institucionalidade desses processos - é importante revermos o que acabamos de votar. Acabamos de votar a homologação de um título de vice-reitor ao Professor Hélio de Oliveira, que havia sido achacado pelo poder público da época, que no caso era o regime militar, por questões de autonomia universitária. Então, de alguma forma, me surpreende um pouco que estejamos conferindo à mesma organização, ou seja, à Reitoria e sua Secretaria Geral, que escolham seus comissionados para poder continuar com esse processo de eleição de representante discente. Isso me parece, sobretudo, perigoso, dada a dificuldade que há de diálogo com a Reitoria - em especial na greve que houve no último período - que cada vez mais neguemos aos espaços de democracia na Universidade, quando há, a possibilidade de escolher seus representantes. Também coloco isso em relação ao diálogo que é feito entre os setores, porque me parece que é absolutamente homenageado e honrado que haja um debate entre os diversos setores da sociedade no que diz respeito aos rumos da Universidade, tanto em relação a financiamentos, organização interna, quanto a possibilidades de projetos político-pedagógicos - porque é disso que se trata esse assunto -, mas que as entidades de base dos movimentos, sejam elas do Diretório Central dos Estudantes, a Associação dos Pós-Graduandos, a ADUSP, o SINTUSP, sejam tratadas de forma a não fazerem parte desse movimento. Então, me surpreende um pouco. Penso que é importante que se dialogue com todos os setores da Universidade, sejam alunos, ex-alunos, professores, conselheiros, diretores de unidade, enfim. Mas se não conseguirmos traduzir isso para o plano da representação real que vamos ter aqui, parece-me problemático. Parece-me que ninguém gostaria de ter tolhido seu direito de escolha dos seus próprios representantes. Entendo que muitos aqui votam nas suas respectivas instâncias, seja para reitor ou nas suas

congregações e afins, acho que é muito perigoso que estejamos repetindo um processo de colocar de cima para baixo determinadas medidas que não correspondam ao debate feito pelas próprias categorias. Então, fica a colocação, o total endosso ao que foi colocado pelo Lucas antes de mim, de que temos, sim, um posicionamento, da mesma forma que a ADUSP tem posicionamentos que, a meu ver, não geram dissensos divagadores ou excêntricos, mas que, pelo contrário, representam a categoria e os debates feitos nessa categoria. Surpreende-me, por exemplo, que na colocação do M. Reitor não figure o acúmulo do Encontro Nacional de Educação, realizado este ano em Brasília. Surpreende-me que na lista de ex-alunos não sejam elencados os ex-alunos da Universidade que hoje estão sindicalizados pela APEOESP e sofrem processos de greve em que eles têm que defender exatamente essa autonomia universitária quanto à consagração da educação pública e gratuita de qualidade, a não interferência do capital privado dentro dessa nova proposta de financiamento, e não é por falta de debate em torno do orçamento, como parece ter sido indicado. Represento uma determinada chapa que foi eleita para gestão do Diretório Central dos Estudantes e essa chapa tem um programa muito claro sobre como devemos fazer o debate orçamentário dentro da Universidade. O que me surpreende é que esse debate não seja levado para instâncias onde ele ocorre, para a Assembleia Legislativa, que é onde poderia ocorrer esse debate do repasse do ICMS, ou, se tão bem intencionados são esses empresários que querem contribuir para a Universidade, que eles repassem um pouco mais de ICMS para o Governo do Estado, assim o Governo do Estado, através do poder público, pode interferir de forma mais adequada aos preceitos da Lei de Diretrizes e Bases e de todo acúmulo jurídico, social, legislativo, político e ideológico - apesar de que esses termos não pegam bem aqui -, para a construção de uma universidade que, de fato, atenda aos interesses de uma sociedade como um todo." **Cons.ª Gabriela Soares Schmidt**: "Primeiramente, quero dizer que estou um pouco envergonhada com a fala do Reitor, que disse que a USP está ampliando a sua relação com a sociedade, que dialoga com príncipes, reis, com os mais pobres, com a favela. Mas o que vemos são apenas os príncipes e reis e acho que o que estamos vendo agora é uma demonstração bastante clara disso. No último Conselho Universitário foi aprovada, à revelia dos estudantes, essa nova

maneira de se eleger os representantes discentes, que seria o Conselho Universitário, que possuí uma representação discente aqui dentro muito pequena, decidir como devemos ser representados dentro do Conselho Universitário. Isso, por si só, já é uma grande contradição. Mas esse parágrafo a respeito da comissão eleitoral é ainda mais contraditório, porque a função da comissão eleitoral seria justamente para que os estudantes auto organizados nas suas categorias pudessem acompanhar o processo, para que não fosse uma coisa que ficasse somente sob o comando da Secretaria Geral e do Reitor, o que já é bastante bizarro e contraditório com tudo o que entendemos a respeito de representação, que significa ser tirados nas bases aqueles que vão representar sua categoria em um espaço importante como esse. Mas exatamente por isso, vamos continuar com nosso processo eleitoral de representação discente, como foi dito pelo Cons. Lucas, vamos continuar elegendo nossos representantes discentes da maneira como fazíamos antes, que é a maneira democrática, é a maneira como é feito em vários outros lugares, historicamente. Pois é assim que se faz representação, é tirando na base da categoria, mas em relação a isso, também é preciso ser dito que há uma contradição imensa, porque a Comissão Eleitoral, que seria uma maneira de acompanharmos minimamente esse processo, será também escolhida e definida pela Reitoria. Isso é uma grande contradição. O Reitor falou que devemos buscar recursos com os ex-alunos, que devemos ter uma boa relação com os ex-alunos, pergunto-me quanto aos atuais e quanto aos futuros alunos, esse é também um questionamento importante, porque vemos a Reitoria dialogando com as empresas de consultoria, como a FAPESP, e empresas que não estão dentro da Universidade, mas não vemos um diálogo com os próprios estudantes que estão dentro do próprio Conselho Universitário, os quais somos nós que estamos falando e tantos outros que repudiaram a maneira como isso aconteceu. Portanto, essa é uma grande contradição que precisamos repudiar e tentar resolver de outra forma, porque não é assim. A USP não precisa de uma habilidade empresarial, a USP não precisa de uma terceirização, como passar a gestão da USP para setor privado, a USP precisa de democratização. Esse é um problema histórico da USP. Muitos reconhecem isso. Então, acho que é uma grande contradição a escritura desse parágrafo sobre a comissão eleitoral, porque seria justamente a oportunidade dos estudantes

acompanharem minimamente o processo e nem isso vai acontecer. Então, acho que nossa demarcação aqui é que repudiamos tanto o que foi tirado no último Conselho quanto esse parágrafo que foi escrito agora." **Cons. Alexandre Nogueira Martins**: "Primeiramente, quero falar que é uma pena que vários conselheiros tenham levantado e não tenham ouvido tudo o que nós, representantes discentes, temos a falar nesse momento com uma pauta que tanto nos concerne. Reiterando o que foi falado pelos meus colegas e pela carta que foi lida pelo Cons. Lucas, repudiamos o modo como foi aprovada essa mudança da eleição dos representantes discentes, sobre como isso fere a autonomia dos estudantes e sobre como isso é antidemocrático. Ao contrário do que disse o Reitor, democracia supõe conflito, supõe divergências, e não uma concordância coletiva, sem conflitos, sem discussão de ideias. Nos caminhos que a USP está rumando, ao mesmo tempo em que ela se torna uma Universidade que cresce nas pesquisas - como revelado nos gráficos - e continua sendo uma das melhores universidades do mundo, ela também continua sendo uma das mais antidemocráticas, tem ficado cada vez mais centralizadora. É uma tendência no mundo também formas de governo e de administração que sejam descentralizadoras, mas o modo em que as decisões têm sido tomadas aqui, cada vez mais concentra o poder das decisões nas mãos de poucas pessoas e dessa vez tira a autonomia dos estudantes poderem determinar quais os representantes discentes estarão no Conselho Universitário pautando as políticas dos estudantes e nos representando, sendo que esse Conselho já é majoritariamente não composto por alunos. Nessa ofensiva antidemocrática, o modo como está escrito o parágrafo 4º é um absurdo, revelando total centralização nas mãos do Reitor, assim como o parágrafo 5º, em que a centralização está nas mãos dos diretores de unidades. Assim, quem escolheriam essas comissões seriam apenas o reitor e os diretores, que não foram eleitos democraticamente dentro da Universidade, por um voto direto, foram eleitos de modo indireto, apenas por pessoas que compunham os colegiados. Precisamos ter uma democratização de todas as instâncias da Universidade, inclusive desse Co e do modo de eleição dos nossos dirigentes na Universidade. É um absurdo que pessoas que não foram eleitas democraticamente diretamente tenham poder de decidir qual vai ser a comissão, quais serão os estudantes que comporão essa comissão de eleição

dos próprios representantes dos estudantes. Isso é uma contradição sem tamanho. Tendo isso em vista, é um absurdo ainda maior que o Reitor e os diretores possam escolher só alguns dentre os representantes discentes para poder compor essa comissão. Não tem como deixar de problematizar isso, porque deixar só alguns representantes discentes na comissão eleitoral e tirar outros é mais antidemocrático ainda do que ter passado esse projeto, que fere a autonomia estudantil sem diálogo com os estudantes. Não faz o menor sentido aprovarmos uma paridade de estudantes e de professores nessa comissão para que os estudantes possam ter alguma voz - alguma participação mesmo que mínima nisso - se o poder de decidir quais estudantes estiver na mão do Reitor e não nas mãos dos próprios estudantes. Estudantes são sujeitos políticos, sim, na Universidade e temos direito, sim, de eleger quais serão nossos representantes, como vamos eleger esses representantes e que comissão ficará responsável por verificar isso." **Cons. Carlos Alberto Moro**: "Venho para, praticamente, exercer um direito de resposta, porque me senti ofendido com o que foi falado. Fui eleito pelo voto direto dos meus pares e falaram que isso é antidemocrático. Para mim, antidemocrático é uma assembleia com meia dúzia de servidores escolherem quem serão os candidatos e esses candidatos serem eleitos. Felizmente, na USP, há uma democracia sim. Fui eleito três vezes para esse Conselho Universitário em voto direto, estive no Conselho Universitário, votei contra essa proposta, quando os estudantes queriam eles próprios organizarem suas eleições. Seria como se cada partido político tivesse a sua eleição paralela. Penso que não é antidemocrático, é democrático, à medida em que você dá oportunidade para a grande maioria votar e quem não quiser votar, defendo o voto livre. Então, me desculpem, entendam que, antidemocrático para mim, é a maneira como a UNE elege seus representantes. Vejam o que aconteceu com a UNE." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "Inscrevi-me para apoiar a manifestação de todos os representantes estudantis que falaram até agora, que há décadas organizam suas eleições com autonomia e sem nenhum problema. Diga-se de passagem, os representantes estudantis que estão aqui hoje, assim como os representantes dos funcionários, estão aqui com mais votos do que qualquer outro membro do Conselho Universitário. Arrisco dizer - não fiz a conta - que os representantes eleitos pela forma de eleição que eles mesmos organizaram

tenham mais votos do que a soma de todos os professores presentes nesse Conselho Universitário para estar aqui. Então, dizer que uma votação na qual participam milhares e milhares de estudantes para eleger os seus próprios representantes, de acordo com os ritos definidos pelos próprios estudantes - e tem sido assim desde que o movimento estudantil conquistou isso através da sua mobilização há cerca de 16 anos - é uma coisa antidemocrática ou que não permite o voto, desculpa. Não é permitido voto para eleger Reitor e diretores de unidade, aí não tem voto, tem voto para muito poucos, tem voto para um colégio eleitoral que não chega a 3% de nenhuma das comunidades que esses dirigentes dirigem. Agora, os representantes discentes são eleitos, sim, com voto livre, com todos os estudantes podendo participar. Estou aqui participando da primeira reunião de um segundo mandato como representante dos trabalhadores, concluí a pouco tempo um primeiro mandato, e estou aqui porque fui eleito mais uma vez. E fui eleito através de um processo eleitoral que foi conduzido pelo voto eletrônico, sem que isso tenha sido aprovado nem aqui e nem em lugar nenhum. Foi aprovado aqui e houve o cuidado de se por em votação uma proposta apresentada pela representação de categoria dos professores, para que a eleição de categoria dos professores fosse eletrônica. Foi aprovado aqui, contra a opinião e a posição da grande maioria da representação discente, o voto eletrônico para representação discente. Sequer dessa forma e sequer contra nossa vontade foi aprovado o voto eletrônico para representação dos servidores. Isso não foi pautado em nenhum momento. Quando foi pautada a representação dos docentes, tivemos o cuidado de vir aqui fazer uma manifestação, dizendo que não éramos contra o voto eletrônico, em absoluto, mas que, para nossa categoria, a extinção do voto em urna restringia o efetivo direito ao voto de uma parcela da categoria. Isso foi ignorado, protestamos, o Secretário Geral nos respondeu com um parecer da Procuradoria Geral, como se estivéssemos fazendo um questionamento técnico ou jurídico quando, obviamente, não era disso que se tratava. Fez-se a eleição de uma forma que não foi aprovada em absolutamente lugar nenhum e, provavelmente, hoje se pode argumentar que o nosso questionamento estava equivocado e não procedia, já que fui eleito com uma das maiores votações que já houve para uma representação de servidores dentro desse Conselho Universitário, ou que o *quorum* aumentou em relação à última eleição, ainda

que teria de se dizer que não aumentou em relação à anterior, e sim diminuiu. Agora, a questão é que nada disso apaga o fato de que, embora mais gente tenha votado, uma parcela da nossa categoria não conseguiu votar, entrou em contato com nosso sindicado, comigo mesmo, reclamou que teve dificuldade, não teve acesso a computador, não teve acesso ao seu *email*, não votou, não pode participar da eleição. Isso aconteceu porque a Reitoria organiza a eleição dos representantes dos funcionários e sequer, a gente mandando, fundamentando e mostrando quais são os problemas de tirar a urna dos locais de trabalho e fazer com que não tivesse mais urnas nos locais de trabalho, a Reitoria e a Secretaria Geral deu qualquer atenção. E isso que está na tela é o exemplo, por outro lado, do que acontece com a Reitoria organizando a eleição da representação discente. Ou seja, no meio daquela votação, os representantes discentes pediram para que ao menos constasse uma comissão eleitoral como a que consta na resolução, em relação à representação de categoria dos professores, isso ficou remetido para cá, e agora a Reitoria e a Secretaria Geral conseguiram apresentar uma proposta que piora significativamente aquilo que tinha sido aprovado na reunião anterior. Ambos são exemplos claros do porque faz, sim, toda a diferença quem controla a eleição. Faz toda a diferença. E isso não tem a ver com o desejo da representação dos estudantes ou nossa, de restringir voto a parte de nossas categorias, muito pelo contrário, e tem a ver com a experiência prática nessa eleição que me elegeu e nessa nova proposta de artigo, onde a Reitoria organizando a eleição, essa sim restringe o efetivo acesso ao direito de voto de parte das nossas categorias." **Cons. Diego Pereira Pandullo**: "Antes de qualquer coisa, quero reiterar uma posição. A pouco prestamos uma justa homenagem ao ex-vice-reitor Hélio, que foi perseguido pela Ditadura Militar, mas, ironicamente, o que estamos fazendo agora é retomar uma redação da Ditadura Militar, que retira a autonomia estudantil, retira a autonomia do corpo discente. É isso que estamos fazendo aqui, porque hoje somos eleitos por meio de chapas, que apresentam propostas, que apresentam um programa de Universidade, uma visão de Universidade, e essa proposta colocada traz uma maneira de eleição que despolitiza a eleição, que a torna meramente personalista. Não vamos mais nos apresentar por meio de chapas e programas para debater no Conselho Universitário, para debater nossa Universidade. Por

isso, somos frontalmente contra essa proposta. Diversos apelos dos nossos RDs foram ignorados. Nossa participação aqui já é diminuta, a nossa representação não respeita o que está previsto no artigo 16 da LDB, é uma participação muito pequena comparada ao que prevê a Lei Federal, e mesmo assim nossos apelos são reiteradamente ignorados. Apesar de tudo isso, quero propor uma alteração. Já que, provavelmente, vamos perder essa questão, porque me parece estranho que os diretores das unidades e o Reitor apontem quem serão os alunos que vão representar o corpo discente nessa comissão eleitoral. Não me parece que isso se sustenta. Quero propor que os representantes dessa comissão sejam todos os RDs já eleitos e assim sucessivamente, e não que o Reitor designasse esses alunos. Pois como se daria isso? Seria pela média ponderada? Serão os amigos do Reitor? Parece-me que os alunos têm que se organizar para compor essa comissão e nessa auto organização, que eles selecionassem quem iria compor essa comissão paritária. Nesse sentido quero propor uma alteração nos parágrafos quarto e quinto. Gostaria que ficasse registrado." **Cons. Guilherme Zdonek Mongeló**: "Falo em nome da bancada da pós-graduação. Com a discussão atropelada que tivemos com relação ao artigo 222, vamos vivenciar um problema muito sério quanto à eleição de seus representantes, principalmente porque nossos mandados - de todos da bancada atual - vencem no final desse mês. Assim, nós, que fomos eleitos em uma eleição organizada com pelo menos um mês de campanha, caso seja aprovado isso, vamos ter que vivenciar uma eleição corrida, com apenas duas semanas, organizada por pessoas que nem conhecemos. Então, esse processo de mudança do artigo 222 já começa com um grave ataque aos direitos e à independência da organização dos estudantes, um caráter político, como foi muito bem colocado pelos outros representantes. Mas, no caso da pós-graduação, o que fica colocado aqui é o seguinte: nossa eleição, que foi organizada no final do ano passado, será menos legítima do que uma eleição organizada por pessoas que não sabemos quem são, com duas semanas para fazer campanha, de forma totalmente atropelada. O que fica para debatermos em relação a isso? A maneira como foi colocada é extremamente prejudicial para todos os pós-graduandos, as próximas eleições, independente do que for decidido, serão muito menos democráticas, do nosso ponto de vista. De forma que, penso que se for feito

um debate profundo, esse deve respeitar, principalmente, a autonomia universitária e os prazos que temos para a eleição dos representantes." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "Não estava aqui em junho, acho um equívoco quando não se privilegia a política. Lembro que foi na gestão da Professora Suely que essa questão das entidades de funcionários ou de estudantes (acho que dos estudantes) tomaram para si essa responsabilidade. E não me parece que de lá para cá tivemos perda de qualidade ou perda de representatividade da representação estudantil. Volto a dizer, não estava aqui, não participei do debate, mas a minha primeira impressão é muito ruim sobre o que foi aprovado. Acho que quando se começa a negar a política, o caminho é se tentar a radicalização, é se tentar outras formas de se fazer ouvir. E isso, em muitos momentos, leva a situações extremamente constrangedoras e agressivas, dentro e fora da Universidade. Do meu ponto de vista, estava tentando entender o que fazemos com esses parágrafos. Não sei o que é o primeiro e o segundo, mas deduzi que se referem à questão do voto eletrônico. Penso que o voto eletrônico certamente pode ser uma conquista, mas é preciso também avaliar o quanto de alienação ele não incentiva, que as pessoas fiquem escondidas nos seus celulares ou nos seus computadores em suas salas de aula, sem a capacidade de abrir a discussão e abrir o diálogo, o que é fundamental quando se quer progredir em qualquer campo humano, em particular da Universidade. Então, de certa forma, apoio as sugestões de modificação dessa redação, entendendo que a sugestão da bancada discente ameniza o que parece ser, a meu ver, uma certa ingerência. Achei muito oportuna a colocação na carta do primeiro representante que falou, que dizia 'será que vamos criar critérios para os representantes da FIESP ou da Federação do Comércio serem escolhidos?' Ou simplesmente estamos dizendo 'um representante da FIESP, um representante da Federação do Comércio, e assim por diante. Parece-me que não é uma boa prática quando alijamos do diálogo parcelas importantes da Universidade. Isso não quer dizer que pessoas não percam suas propostas, isso é diferente de você alijar - de modo absolutamente dirigido, impossibilitando alternativas - um segmento tão importante e que é a razão de todos estarmos aqui, o conjunto dos estudantes da Universidade." **M. Reitor**: "Ouvimos as manifestações e houve apenas uma sugestão de mudança, o restante é questão resolvida, porque já foi votada na

última reunião do Conselho Universitária. No entanto, foram repetidos argumentos derrotados na última votação, os quais é bom nos referirmos a eles para que não reste nenhuma dúvida de que são argumentos infundados. O primeiro deles é o que tenta equiparar a eleição de representantes de membros da Universidade, em diferentes situações, como representantes docentes, discentes, de servidores, neste ou em outros conselhos. O nosso Estatuto é muito claro. Diz sempre: 'um representante de cada categoria docente eleito por seus pares', portanto, é uma eleição. Em todos os níveis, sempre a responsabilidade de organizar a eleição é da Administração da Universidade, da Secretaria correspondente. Do contrário, poderíamos imaginar os partidos políticos organizando a eleição de prefeitos, deputados etc, sob a alegação de que a Justiça Eleitoral estaria interferindo - ou poderia interferir - na liberdade dos partidos, e que a eleição eletrônica, que é absolutamente estabelecida nesse país, é uma forma antidemocrática de eleger governos. Não. A eleição eletrônica - e já ficou comprovado nas poucas vezes em que foi realizada - multiplica por três ou quatro o número de votantes na Universidade. Talvez seja isso que alguns temam. É a ampliação do número de votantes, daqueles que se manifestam, talvez seja esse o temor subjacente contrário à eleição eletrônica. Que ela se transforme, de fato, em um voto universal dentro da Universidade de São Paulo. Então, vejam bem, nosso Estatuto diz 'representantes eleitos por seus pares', enquanto que, quanto aos representantes externos, nosso estatuto diz 'um representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo'. Cabe a ela, instituição, designar este representante. 'Um representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo', e assim por diante. Então, não nos cabe organizar a representação externa que vem à Universidade, mas é nossa responsabilidade sim atentar para um processo que seja democrático, que todos possam votar, que todos tenham acesso ao voto; porque as listas de votação que tenho das últimas eleições de estudantes é ridícula em termos de comparação ao número de estudantes dessa Universidade. Onde estão outros? Por que não votam? Não, meus caros, esse Conselho já decidiu, ampla, todos terão acesso ao voto. Agora, organizar é uma atividade administrativa, consiste em por à disposição dos votantes os meios para que se manifestem. Organizar chapas? É isso que dá vida à eleição. Não é o processo de controle eleitoral, como faziam os

antigos coronéis que controlavam o processo eleitoral, essa Reitoria não tem essa vocação. Esse Reitor foi eleito democraticamente pelos votos de dois terços dos membros do Colegiado que elege o Reitor nessa Universidade. Quem dos senhores representantes foi eleito com dois terços dos votos do colegiado de 60 mil estudantes da graduação? Não tiveram nem um terço, nem 10%. E o colegiado é uma excelente maneira de praticar a democracia. Não é a única, mas é excelente. E nessa Universidade, essa é a forma que este Conselho Universitário decidiu que seria e assim continuará sendo. Nenhum discurso fará isso mudar. Essa é a forma que este Colegiado, que é o Colegiado máximo desta Universidade mantém e vai manter. O dia que este Colegiado resolver mudar, vai mudar. Por enquanto, teremos eleição de colegiado para os dirigentes e universal, dentro da categoria, votando todos os pares, todos com acesso a voto - todos - para escolher os representantes. Quem vai garantir isso é a administração da Universidade. Há um erro também que muitos esquecem ao falar de Regimento que derivou da Ditadura. Isso é um erro histórico. Entendo que poucos aqui conhecem a história. O Regimento em vigor na Universidade de São Paulo, que tem sido reformado ultimamente, foi baixado em 1988, dois dias depois da promulgação da nossa nova Constituição. Portanto, ele foi reescrito durante todo o processo de reformulação da atual Constituição da República Federativa do Brasil. Em resumo, restou de toda essa conversa, uma sugestão a qual não acataremos por um motivo muito simples: porque em todas as outras eleições da Universidade de São Paulo, o processo eleitoral é dirigido por uma comissão eleitoral, constituída - no caso do Reitor - por uma Portaria do Reitor, e no caso do diretor, por uma portaria feita pelo diretor da Unidade. Assim continuará sendo." **Cons. Diego Pereira Pandullo (Questão de Ordem)**: "Reitor, gostaria de fazer apelo para que o colegiado apreciasse essa minha proposta de alteração, e não o senhor, de ofício, passasse por cima dela, tratorasse ela. Porque faz sentido o Reitor e os diretores indicarem os docentes que compõem essa Comissão, agora, os discentes que vão compor essa comissão devem ser todos os representantes discentes aqui presentes no Conselho Universitário. Parece-me muito mais razoável essa proposta. Faço esse apelo para que o senhor não decida de ofício, mas abra para apreciação do plenário, por favor." **M. Reitor**: "Pode repetir a proposta, por favor?" **Cons. Diego Pereira**

Pandullo: “A proposta é para que os discentes que vão compor essa comissão eleitoral paritária sejam todos os representantes discentes que compõem o Conselho Universitário, portanto, 10 cadeiras. E os 10 docentes poderiam ser indicados pelo Reitor ou ser eleitos pelo colegiado.” **Cons. Diego Pereira Pandullo**: “Como será essa escolha? Essa escolha se dará pelo Reitor, de ofício? Por quê?” **M. Reitor**: “Porque se todos são representantes, é indiferente escolher um ou outro.” **Cons. Diego Pereira Pandullo**: “Não, não é indiferente, eles compõem diferentes ideologias, diferentes matizes políticas.” **M. Reitor**: “Mas não estamos falando de ideologia, estamos falando de um processo eleitoral burocrático, exclusivamente.” **Secretário Geral**: “Deixe-me apenas fazer um esclarecimento. No Estatuto da Universidade - por exemplo, na eleição de Reitor, que abrange todos os estamentos, assim como na eleição de diretor, que também abrange todos os estamentos da Universidade - determina que deve haver uma comissão eleitoral que tem essa função de supervisionar, porque a eleição, enquanto mecanismo, já é regida pelo próprio Regimento Geral. Então, quando a Secretaria Geral prepara uma portaria de eleição, ela apenas coloca na ordem tudo que já está no Regimento Geral. O Estatuto, quando fala da eleição de Reitor, diz que haverá uma comissão eleitoral constituída mediante portaria do Reitor (Artigo 36, III). Essa é a lógica que já permeia esse tipo de comissão eleitoral, que é apenas de supervisão. E a mesma solução é adotada para a eleição de diretor nas unidades, quando haverá uma comissão eleitoral constituída mediante portaria do diretor. Então, essa é a lógica que já permeia o Estatuto. Aqui, o que está dito é que essa comissão paritária para supervisionar as eleições estará composta 'Parágrafo 4º - Quando se tratar das eleições para o Conselho Universitário e Conselhos Centrais por integrantes do Conselho Universitário e Conselhos Centrais.' No âmbito das unidades, até havia sido pensada que, repetindo a lógica, fossem também escolhidos pelo diretor dentre os membros da Congregação. Mas na CLR, quando isso foi discutido, foi observado que existem congregações muito pequenas e pode acontecer que o representante discente na congregação seja candidato à reeleição. Então, isso criaria uma situação complicada. Por isso, no caso específico do parágrafo 5º, foi dito que 'os diretores das unidades e demais órgãos designarão os integrantes da mencionada comissão eleitoral', abrindo entre todos os membros - discentes ou docentes - paritariamente da

Unidade. No caso do Conselho Universitário, a escolha será feita pelo Reitor dentre os representantes discentes do próprio colegiado." **Cons. Diego Pereira Pandullo**: "Concede uma parte? Faz sentido o que o senhor colocou, mas para as eleições de reitor, o reitor baixa uma portaria, para eleição de diretor, o diretor baixa uma portaria, para eleições de estudantes, o reitor também baixa uma portaria? Não. Então, os estudantes se auto organizam. Porque não faz sentido. Se o reitor baixa uma portaria regulamentando a eleição de reitor e o diretor baixa uma portaria regulamentando a eleição de diretor, então o Diretório Central dos Estudantes é quem deve baixar uma portaria para eleição dos estudantes." **Secretário Geral**: "Não, é representação em colegiados da Universidade." **M. Reitor**: "O Reitor tem muitas coisas interessantes para fazer, entre elas, obviamente essa não é a mais atrativa, mas o Reitor é, obrigatoriamente, o Presidente do Colegiado. É responsabilidade, não é poder. Tenho uma sugestão para fazermos isso e encerrarmos essa discussão. As eleições (...) serão supervisionadas por comissão eleitoral composta paritariamente por 5 docentes e 5 estudantes. O Reitor designará, entre os membros do Conselho Universitário, os integrantes docentes, enquanto os 5 integrantes discentes serão escolhidos por sorteio, excluindo-se aqueles que estejam se candidatando ao processo eleitoral. E a mesma coisa nós replicamos. Não precisamos fazer uma comissão de 20 pessoas para organizar. Agora, que os estudantes e os diferentes grupos e chapas tenham fiscais, tudo isso tem que estar regulamentado, mas deve fazer. Faz parte da vida de uma eleição. Então, fazemos um sorteio e se quiserem sorteamos também os 5 professores." **Cons. Diego Pereira Pandullo**: "Acho melhor." **Cons. José Rogério Cruz e Tucci**: "Quero dizer que essa matéria já foi discutida e votada. Há um vesgo aqui, sobretudo na representação discente, que muitas vezes esquece o que foi votado entre uma reunião e outra, ou seja, vocês não estavam presentes e isso já foi votado. De qualquer forma, há um rito próprio. Qualquer membro desse colegiado, inclusive os senhores, pode fazer a proposta que quiser, mas não é dessa forma, tirando e apresentando outra proposta. Existe um rito próprio, tem que passar pelos outros órgãos, inclusive pela CLR. Não é possível votar desse jeito. Com o máximo respeito, Professor Zago, não foi isso que foi votado, é um ato discricionário do Reitor. O Reitor escolhe quais as pessoas entre o corpo docente e discente que vão

integrar essa comissão. O Reitor tem essa prerrogativa de escolher os integrantes da comissão. Foi isso que foi votado. Eu votei dessa forma. Então, essa questão do sorteio pode ser interessante, democrática, mas é ato discricionário do Reitor escolher entre os representantes discentes aqueles que comporão a comissão. É uma comissão burocrática. Pouco importa a vertente ideológica dos membros. De qualquer maneira, não é para ser discutido isso agora, porque tem que passar por um processo adequado, como qualquer proposta de alteração do Regimento." **M. Reitor**: "Volto a insistir. A decisão já foi tomada na última reunião do Conselho Universitário. Estamos apenas dando um formato para um destaque que o Professor José Renato fez, de que a eleição fosse supervisionada por uma comissão paritária. Isso foi aprovado. Estamos dando um formato. Disse que traria para comunicar o formato que estava adotado. Isso que foi feito. Não estamos rediscutindo a questão, a questão do processo eleitoral está definida e não pode se arrastar, porque já disse alguém e nós confirmamos, a representação da pós-graduação está vencendo o seu mandato. Portanto, teremos que proceder uma eleição eletrônica, organizada pela Secretaria Geral, para representantes de pós-graduação. Logo, o que nos cabe agora é encaminhar uma solução, a qual estou convicto que deve respeitar aquilo que os estudantes sintam que melhor os atende nesse aspecto, mas que também respeite a tradição e a funcionalidade. Estamos falando de um processo burocrático de organização de eleição. Uma comissão de 20 pessoas não tem sentido. Portanto, reafirmo, o que encaminharei para exame da CLR e posterior publicação da resolução é uma comissão de 10 membros, sendo 5 professores e 5 estudantes, escolhidos por sorteio entre os representantes. Temos que levar em conta que nas unidades, essa comissão terá, obrigatoriamente, que ser menor, porque o número de estudantes representantes nas congregações muitas vezes é menor que esse. Portanto, parece-me que o número razoável será de 6, sendo 3 professores e 3 estudantes, excluindo-se aqueles que se candidatam." **Cons. Gabriel Varandas Lazzari (Questão de Ordem)**: "Para tentar encaminhar a questão da melhor forma possível e para respeitar a democracia desse colegiado, seria importante que os conselheiros votem em relação à proposta do Reitor e em relação a uma proposta que pensamos ter um consenso e talvez seja mais interessante, de que esses representantes das categorias

sejam escolhidos pelos representantes discentes dentre os representantes discentes do Conselho Universitário. De modo que respeite a nossa votação, que foi legítima, segundo os trâmites que havia na época e de modo que consigamos, internamente, na categoria, resolver nossas questões e pontuar como vamos escolher nossos representantes." **M. Reitor**: "E se não houver consenso?" **Cons. Gabriel Varandas Lazzari**: "Parte-se para a votação, é claro. Democracia sempre." **M. Reitor**: "Não, sorteio é o método mais democrático que existe, põe todos em pé de igualdade." **Cons. Lucas Caprio dos Santos**: "Pelo que entendi, o número seria de 3 discentes?" **M. Reitor**: "Nas unidades, 3 docentes e 3 estudantes. Para as representações no Conselho Universitário, dá tranquilamente para fazer com 10, sendo 5 docentes e 5 estudantes." **Cons. Lucas Caprio dos Santos**: "Farei um argumento contra o sorteio e penso que a maioria vai entender que não proporia isso de má fé. A minha chapa elegeu seis representantes discentes nesse Conselho, imagino que se os três sorteados fossem da minha chapa, as chapas de oposição achariam estranho, no mínimo. Isso se refere ao parágrafo quarto. Então, que pelo menos o número seja maior, que todos os representantes discentes tivessem contemplados, isso ajudaria a garantir a isonomia do processo. No parágrafo quinto, foi argumentado que a congregação poderia ter poucos representantes discentes. Na Poli, uma unidade grande, pelo que eu saiba há quatro na congregação e oito na CG. Parece-me que juntar a representação discente da congregação, da CG, da CCEX e quaisquer outros órgãos colegiados, ajudaria a compor melhor." **M. Reitor**: "Por isso que esse ponto estava em aberto, de certa forma. Porque permitiria, inclusive, identificar unidades com diferentes formatos em que os números pudessem ser diferentes, levando em conta que sempre seriam paritários. Mas, como digo, a suspeição de que estamos planejando algo muito dramático contra os estudantes, faz melhor dizer 'vamos fazer assim e fim de papo'." **Cons. Carlos Alberto Moro**: "A proposta era de consenso para que sejam indicados pelos alunos membros do Conselho e acho que dentro de um colegiado democrático, é ruim decidir coisas por sorteio, acho que não ficaria bem. Penso que deveriam ser indicados pelos estudantes e se houver empate, o Reitor indica." **Cons. Eugênio Bucci**: "É muito simples. Finalmente, chegamos a um entendimento comum, um entendimento cuja única diferença reside nesse

parágrafo 3º. Entendo que é perfeitamente razoável - e essa é minha sugestão -, sendo a comissão paritária de 10 membros, sendo 5 discentes e 5 docentes, não há problema algum que os representantes discentes escolham quais são os 5, e o Reitor escolha os docentes. É uma fórmula transitória, em uma melhor direção, mais participativa, todos sabemos disso, e que contempla uma importante demanda dos estudantes. Eles escolhem autonomamente os 5 integrantes e nada fica ferido no princípio dessa emenda. Essa é minha sugestão, a comissão que organiza a eleição. Ela terá componentes de professores e estudantes. Os estudantes que integrarão essa comissão são livremente escolhidos pelos representantes discentes no órgão em reverência." **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto**: "Um adendo à proposta do Professor Eugênio. A portaria o Reitor pode fixar um prazo para que os representantes encaminhem os seus nomes, se vencido esse prazo, faz-se o sorteio. E assim, os representantes, autonomamente, escolhem da forma que eles acharem melhor." **M. Reitor**: "Ótimo. Chegamos a um consenso. É assim que será. Provavelmente, as comissões de unidades serão menores. Suspeito que seis, com 3 de cada categoria seja suficiente." Alguém fala fora do microfone, questionando essa questão, por conta do número de discentes na congregação. **Secretário Geral**: "Por isso que o parágrafo quinto, que é o que diz respeito às unidades, não fecha dentre os representantes discentes da Congregação. Essa foi a lógica." **M. Reitor**: "Resolvido. Isso não volta mais. Vamos dar o formato final, passar pela CLR, onde existem representantes discentes e, finalmente, será publicada a resolução, que permitirá organizar a próxima eleição, que é da pós-graduação e que já possui um treino, pois já foi feita eletronicamente mais de uma vez. Então, imagino que será muito simples organizar a eleição da pós-graduação." Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **Item 4 - Eleição de um docente da USP, para compor o Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados**. **Cons. Antonio Carlos Marques**: "O IEA é um Instituto especializado plural, extremamente importante para essa Universidade. Conta, no seu Conselho Deliberativo, com excelentes pensadores dessa Universidade. Para manter esse nível - claro que sem prejuízo de qualquer outra sugestão - sugiro o nome do Professor Sergio Adorno, ex-diretor da FFLCH." **Cons. José Eduardo Krieger**: "Acho que o IEA é um local privilegiado da nossa Universidade, penso que ele tem que conter a

diversidade de pensamento esperada e, recentemente, ouvi que seria interessante trazer pessoas que pudessem contribuir com desruptura de ideias. Quando ouvi essa manifestação, um nome me veio à cabeça, que foi o do Professor Glauco Arbix, que é um mestre nessa atuação. Já ocupou uma série de cargos na gestão de pesquisa e inovação e mais recentemente na direção da FINEP. Então, penso que esse é um nome a ser lembrado por esse colegiado." **Votação**: Após recolhimento e apuração das cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Prof. Dr. Sergio Adorno França de Abreu = 56 (cinquenta e seis) votos; Glauco Antonio Truzzi Arbix = 29 (vinte e nove) votos; Brancos = 4 (quatro); Nulos = 8 (oito); total de votantes = 97 (noventa e sete). O Conselho Universitário elege o Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu para compor o Conselho Deliberativo do IEA, nos termos do inciso V do artigo 5º da Resolução nº 5548/2009. **M. Reitor**: "Pedi para a Professora Eva Blay, responsável pelo Escritório USP Mulheres, que nos fizesse uma apresentação, tendo em vista que ela recentemente participou de uma reunião muito importante, na sede da Organização das Nações Unidas, que foi promovida pela *UN Women*, na qual se comemorou o primeiro ano e, portanto, os primeiros resultados do programa *He for She*, do qual participam dez universidades, dez países e dez empresas. A Universidade de São Paulo é a única universidade latino-americana e a Professora Eva Blay, juntamente com o Professor Carlotti, nosso Pró-reitor de Pós-Graduação, Professora Maria Hermínia Tavares, nossa ouvidora, e uma estudante de pós-graduação, participaram desta reunião e esta é a deixa para a Professora Eva Blay. Muito obrigado, professora." **Professora Eva Alterman Blay**: "Gostaria de tivessem mais mulheres nessa sala, principalmente algumas reitoras." **M. Reitor**: "Temos uma reitora sentada lá atrás, a Professora Suely Viela." **Professora Eva Alterman Blay**: "Muito prazer. Farei um breve relato, pois acho que muitas pessoas aqui presentes não estão informadas do que está acontecendo de modo geral no mundo. Dez universidades, inclusive a USP, e cito as demais: Georgetown, nos Estados Unidos; Hong Kong University; Leicester, na Inglaterra; Nagoya, no Japão; Oxford, na Inglaterra; SciencesPo, na França; Stony Brook, nos Estados Unidos; Waterloo, no Canadá; e Wits (Witwatersrand), na África do Sul. Essas 10 universidades se comprometeram, juntamente com dez CEO's, que são pessoas ligadas a grandes empresas, que

vão financiar parcialmente essas atividades e mais chefes de estado. Estava, por exemplo, em Nova York, nessa reunião, o Primeiro-Ministro do Canadá, que é uma pessoa extremamente importante, jovem, que estabeleceu em seu país aquilo que consideramos ser o ideal, que é um parlamento dividido em 50% de homens e 50% de mulheres. Claro que estou incluindo homens e mulheres LGBT, enfim, todas as opções de gênero. Essa reunião já é a segunda a ser realizada e ocorreu por ocasião da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Durante essa Assembleia Geral a situação realmente era muito complicada por causa do terrorismo, a cidade estava inteiramente fechada e, principalmente, para entrarmos na ONU foi um trabalho bastante complicado. Mas, com muita segurança e muito trabalho. Todo mundo já tinha levado e indicado - inclusive a USP, por iniciativa do Reitor - o nosso *parity report*, ou seja, o que estávamos pretendendo propor para igualdade entre homens e mulheres e, solidariamente, trazer os homens e meninos para superar o machismo e a violência contra a mulher. Esse ponto é fundamental, já havia sido estabelecido em uma reunião prévia e quero dizer que isso é muito controlado, temos uma reunião mensal, por telefone, entre todas essas universidades. O mais interessante é que todas essas universidades têm problemas em comum. Primeiro, a violência. Violência sexual, violência moral, violência psicológica, e a USP está inteiramente dentro disso. Esse é um ponto fundamental e nesse sentido quero fazer uma homenagem ao Reitor, com todas as diferenças que não me importam quais sejam, mas ele abraçou essa causa. Violência zero! E é isso que estamos fazendo. Sei que muita gente talvez sequer possa entender neste momento, principalmente os alunos, para os quais me dirijo especialmente. Eu, que fui aluna e professora na época da ditadura, tenho a mesma resistência com a Polícia Militar. Tenho. No entanto, nós, aqui na Universidade, não podemos viver sem algum tipo de policiamento. E aí, o que estamos fazendo é um trabalho junto à Guarda Universitária. E quero dizer para vocês que a Guarda Universitária era uma coisa que não conhecíamos, nem eu mesma. É uma Guarda que está sendo muito bem treinada, não é armada e tem servido de maneira fundamental aos nossos trabalhos. Instalamo-nos no segundo andar do prédio onde está a AUCANI e já tivemos dois casos, infelizmente, em que precisamos recorrer à polícia - à Guarda Universitária. E fomos extremamente bem atendidos. Em um dos

casos, uma das meninas, sua mãe e mais uma colega, foram até a delegacia de polícia, fizeram o boletim de ocorrência, com o apoio da Guarda Universitária. Não tem como sobreviver dentro deste *campus* - e dos nove *campi* da USP - sem o apoio de Guarda Universitária. Não há como. Se alguém descobrir esse método, acho ótimo, mas até o momento quero, de fato, congratular-me com o trabalho que está sendo feito. Além disso, está sendo criada uma plataforma que em breve vocês receberão, nos telefones celulares pelos quais podemos chamar a Guarda para qualquer caso. No caso das mulheres, especialmente em relação à violência sexual. Aliás, também há violência sexual contra homossexuais. Faço parte do Steven Comic, que é esse grupo que elabora essas políticas, que servirão como políticas públicas, não apenas para a Universidade, mas para fora da Universidade também, e vice-versa. Nos dias 19 e 20 de setembro fizemos várias reuniões e ficou muito bem estabelecido o que é comum a todas essas universidades. As mulheres entram praticamente em número igual aos homens na graduação, quando chega na pós-graduação a coisa muda, e quando chega na administração e nos cargos mais altos, chega a 10% ou 15%. Então, um dos compromissos da ONU Mulheres é justamente fortalecer as carreiras femininas. Como entram os docentes nessa história? É duro o que vou falar,mas alguns professores de algumas áreas desestimulam as meninas. A menina fez vestibular, entrou na Medicina ou entrou na Politécnica, ou qualquer outro curso em geral, e são desqualificadas. 'Você deveria estar namorando, deveria estar casando, deveria estar na cozinha'. Você dá risada, mas isso desestimula a menina, ela se sente muito isolada. Ela lutou tanto para chegar lá. Engraçado, essas risadas que estou vendo na cara de alguns dos meus colegas são lamentáveis. E vamos ficar insistindo. Temos que ficar insistindo, porque se queremos igualdade de condições, se queremos democracia, é necessário enfrentar isso e mostrar que nós, mulheres, e nós, homens - meu marido, meu filho, minhas netas - somos todos iguais, temos a mesma cabeça, a mesma competência e queremos construir igualdade de condições. Para a ONU, uma das grandes propostas é que em 2020 tenhamos alcançado um patamar mais alto e em 2050, igualdade de condições - 50% a 50%. Quero acrescentar que foi extremamente importante a presença dos meus colegas - estou tomando a liberdade de chamar o Professor Carlotti de colega. Ele foi extremamente

companheiro. No dia 20 tivemos uma reunião prévia, onde ele se retirou, ficamos apenas eu e Maria Hermínia, falando com aqueles que seriam os reitores ou pró-reitores, depois teve uma reunião fechada só com os grandes reitores - grandes entre aspas, mas são grandes mesmo, porque eles estão assumindo esse compromisso de igualdade nas suas universidades. Finalmente, houve uma grande reunião no MoMA – Museu de Arte Moderna de Nova York. Foi muito bonito, mas o que gostei mais foi a presença de alunos, jovens estudantes, que são extremamente ousados - rapazes, moças, branco, preto, homossexual, anão, todos - e cada um trazendo a sua experiência. E nós também trouxemos a experiência de estudantes da USP. Levamos uma estudante e foi muito interessante, porque ela se enturmou com outros alunos que estavam na Universidade de Nova York e aqui, no nosso escritório USP Mulheres, havia outro grupo de estudantes dialogando, e isso está exposto no facebook ou na nossa página USP Mulheres, vocês podem entrar e vão encontrar tudo o que foi feito, sobretudo essa articulação dos estudantes e das estudantes. Quero acrescentar que são 10 universidades, 8 países, 5 continentes, 700 mil estudantes envolvidos nesse momento. Esse movimento se chama *He for She* - Eles por Elas -, e essa é a ideia de um compromisso comum solidário. Ninguém quer que os homens deixem de ser homens ou que venham ajudar as mulheres, ninguém precisa de ajuda. Queremos solidariedade para ter um fortalecimento e para superar essa discriminação. Isso significa uma nova cultura. A USP tem que introduzir profundamente essa nova cultura. Essa cultura que acaba com todas as formas de discriminação. Finalmente, quero fazer menção àquele programa que tivemos no começo do ano, organizado pelo Professor Heliodoro Bastos Filho, com aqueles cartazes que muitos de vocês viram e outros tantos não viram em que diziam frases como 'elas podem e você tem que respeitar', elas podem andar de saia curta, de short, ninguém tem que passar a mão, ninguém tem que fazer bulinação, elas têm o direito de serem donas do seu corpo. Uma aluna da ECA fez uma avaliação com 811 pessoas, não é pouco, e fizeram uma petição de mais segurança no *campus*, e aí, Reitor, olha que interessante, uma das bolsistas mapeou todo o *campus*, chamamos a Guarda Universitária, e elas estão andando a pé por todo o *campus* mostrando os lugares inseguros, onde falta luz, onde tem mato que desce e pessoas podem se esconder, pois há casos de

estupro, de violência sexual. Então, elas estão monitorando e por iniciativa delas. Por fim, a última coisa que estamos desenhando juntamente com o 'Não Cala', que é um grupo de 200 docentes e mais os coletivos, pois ninguém está trabalhando sozinha, é um centro de referência. O que é isso? Aconteceu algo, já sabemos que é o diretor que tem de ser avisado, porque ele pode tomar uma iniciativa, como já aconteceu. Dependendo da gravidade do caso, pode chamar o aluno, pode tentar uma 'ameaça' disciplinar, ou mesmo levar para a polícia, há casos que não se pode resolver apenas na palavra. Mas, às vezes, dá para resolver na palavra e houve vários casos em que isso foi possível. Então, esse centro de referência que já começou a funcionar mais ou menos, tem uma porta de entrada, que é uma comissão que recebe - e acabamos de receber da Matemática, que está criando essa iniciativa, com essa forma de recepção -, depois, o serviço de saúde e, por fim, se for o caso, a polícia. Enfim, essa é a atividade que estamos fazendo e espero mais do que a colaboração, espero realmente o comprometimento de todos vocês." **Cons. Marcos Nogueira Martins**: "Quero fazer um comentário, porque fui admoestado por estar rindo, mas estava rindo não por achar engraçado esse tipo de problema, mas pela sua hesitação e dificuldade em encontrar exemplos dos problemas que aparece, porque, infelizmente, no Instituto de Física temos tantos que eu estava achando divertido a senhora ter dificuldade de citar o tipo de brincadeira de mau gosto que são feitas com as alunas. E estamos agindo com relação a isso. Temos bons exemplos, como o da Professora Carolina Brito, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que fez aquele movimento Meninas na Ciência. Ela esteve aqui na Universidade recentemente, no IEA, e foi muito interessante. Então, há outras coisas sendo feitas também e eu estava rindo da sua dificuldade, não do problema." **Professora Eva Alterman Blay**: "Obrigada, fui só cuidadosa, porque o caso é muito pesado." **M. Reitor**: "Obrigado, professora. Para tranquilizá-la, nas áreas de Ciências Exatas, também tem havido um progresso expressivo das mulheres. Haja vista que hoje a Escola Politécnica está representada pela primeira vice-diretora, que é uma mulher. Mas, todos concordamos que há ainda muito espaço para progresso, obviamente. A Professora Eva Blay e todo grupo que trabalha com ela estão nos ajudando muito e quero lembrar que já conversamos com os dirigentes e no dia 8 de março de 2017 - Dia Internacional da Mulher - haverá

comemorações na Universidade de São Paulo, todos os diretores, todos os dirigentes de unidades deverão organizar atividades dentro de sua unidade, ou em associação com outras, para comemorarmos este dia. O escritório USP Mulheres tratará de alguma manifestação maior a ser feita no *campus*, estamos ainda planejando." **Prof. Dr. Marcelo Dottori (Coordenador da CODAGE) (Apresentação)**: "Farei apenas um breve relato de como andou essa segunda etapa do PIDV. Tivemos um total de 1.465 inscrições nessa etapa do PIDV. Desses 1.465, 871 se enquadram no nosso público alvo, ou seja, servidores com pelo menos 55 anos de idade e vinte anos de USP. Os recursos disponíveis para este PIDV, para esta etapa do PIDV, os R$ 118 milhões, conseguem atender 397 servidores que já tiveram seus nomes publicados recentemente. Obviamente, esse programa pode ser ampliado. Sem dúvida que, para essa ampliação, precisamos de mais recursos e esses recursos possuem dois impactos importantes, um é o impacto nas Reservas e o outro é um impacto na sustentabilidade. De maneira que, em curto prazo teremos um problema um pouquinho maior nas Reservas, mas em longo prazo a sustentabilidade ficará em melhores condições. Quero finalizar com uma ideia dos servidores que serão atendidos. Desses 397 servidores, 160 são do nível Básico e nesta tela coloquei as dez primeiras funções com mais servidores que entraram nessa etapa: 23 Auxiliares de Serviços Gerais, 18 Motoristas, 13 Vigias, 12 Pintores, 11 Auxiliares de Administração, 11 Auxiliares de Laboratório, 11 Pedreiros, 6 Cozinheiros, 6 Jardineiros e 5 Auxiliares de Materiais. No Grupo Técnico atenderemos 132 servidores, sendo: 24 Técnicos para Assuntos Administrativos, 23 Técnicos de Laboratório, 17 Secretários, 11 Técnicos de Manutenção/obras, 7 Agentes de Vigilância, 7 Técnicos de Recursos Humanos, 6 Técnicos Acadêmicos, 4 Técnicos de Apoio Educativo, 4 Auxiliares de Consultório Dentário e 3 Técnicos em Informática. E finalmente no Grupo Superior são: 16 Especialistas em Laboratório, 11 Bibliotecários, 7 Analistas de Sistemas, 6 Analistas para Assuntos Administrativos, 6 Engenheiros, 6 Psicólogos, 5 Analistas Contábil Financeiro, 4 Biólogos, 4 Contadores e 4 Analistas Acadêmicos. Esse é um quadro inicial do PIDV do que conseguiremos atender com cento e dezoito milhões que foram designados para essa etapa." **M. Reitor**: "Aquilo que o Conselho nos autorizou foi feito. Qualquer coisa adicional poderá ser feito dentro de uma reavaliação

por parte do Conselho." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "Neste momento gostaria de pedir só um esclarecimento. Esse novo aporte de recursos, a decisão sobre isso passa necessariamente por este Conselho Universitário?" **M. Reitor**: "Todos os grandes gastos de recursos da Universidade são, obrigatoriamente, aqui aprovados." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "A COP sozinha não pode decidir sobre isso?" **M. Reitor**: "Sobre gastos adicionais, não pode." **Secretário Geral**: "Passamos ao item 6 do Expediente - Palavra ao Senhor Controlador Geral, Prof. Dr. Fernando Menezes." **Prof. Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida (Controlador Geral) (Apresentação)**: "Tenho a satisfação de me dirigir ao Colegiado pela primeira vez desde que fui honrado pela escolha desse Conselho para exercer a função de Controlador Geral. Trago, na tarde de hoje, de modo muito resumido, algumas informações para esclarecimento. Algumas informações que também tenho sentido, de colher a reação do Conselho sobre a percepção que nós, da Controladoria, temos da função e, também, algumas informações a título de prestação de contas do que tem sido feito. A Controladoria, enquanto órgão, foi criada por este Conselho em agosto do ano passado e minha designação como Controlador Geral foi feita em março deste ano. Os nomes dos colegas que aparecem na tela que compõem essa equipe inicial da Controladoria não passam pela aprovação do Conselho, porque não é assim que o Estatuto o prevê, mas o Prof. Guilhermo, da FEA, foi escolhido como Controlador Adjunto e o Antonio Duarte, que não é docente, servidor de grande experiência, que tem sido de um enorme valor nessa tarefa, têm apoiado, como assessor, esse grupo inicial. Gostaria de trazer algumas ideias preliminares, algumas premissas, para afinarmos o entendimento do Conselho e nós da Controladoria, sobre o que é a Controladoria nos termos do Estatuto da Universidade de São Paulo. Falo isso sem ter participado pessoalmente da concepção do órgão, enfim, das discussões que precederam à minha escolha, portanto, é uma leitura interpretativa não apenas individual minha, mas de diversos colegas que temos interagido, sobre o sentido que o Conselho Universitário deu para a Controladoria. Em primeiro lugar a Controladoria é um órgão do Conselho Universitário. A Controladoria, portanto, tem como interlocutor principal o Conselho Universitário. A Controladoria se reporta ao Conselho Universitário, traz informações ao Conselho Universitário, recebe demandas do Conselho Universitário, nesse sentido a Controladoria

tem uma autonomia em relação à gestão, tem uma autonomia em relação à equipe do Reitor e dos Pró-reitores. Fato este - aliás, tenho que testemunhar para o Conselho - sempre muito frisado pelo Magnífico Reitor Zago, essa importância da manutenção da autonomia da Controladoria em relação a própria gestão, até para que possa ser crítica para a gestão, falando ao Conselho Universitário. E não estamos falando de nós, pessoas que estamos aqui agora, estamos montando um modelo que valerá para o futuro. Dentro dessa lógica, a Controladoria, ao ser criada, não suprimiu nenhuma competência do Conselho Universitário. O Conselho não delegou tarefas para a Controladoria que ele próprio Conselho não continue exercendo e a Controladoria não tem poder normativo. Quem cria regra em matéria dos assuntos da Controladoria é o Conselho Universitário ou serão outras instâncias, conforme o Estatuto previr, não é a própria Controladoria que estabelece regras e nem tem poderes decisórios, portanto, a Controladoria não é juiz de causa alguma, não dará a palavra final sobre a coisa estar certa ou estar errada em matérias de suas competências. Trará os assuntos ao Conselho Universitário. E, no entanto, a Controladoria tem responsabilidade perante órgão de controle externo. Uma pequena explicação técnico-jurídica: a Constituição brasileira, assim como a Constituição do Estado de São Paulo, prevê um sistema no qual todos os órgãos da administração pública devam ter sistemas internos de controle, eles próprios fazerem o seu controle e dialogam com um sistema externo de controle que envolve atores notórios, por exemplo, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Poder Judiciário em última análise, enfim, a Controladoria é um órgão que está dentro do controle interno, mas é, isso por força de norma, não apenas da Universidade, mas por norma constitucional, o interlocutor dos órgãos de controle externo e o Controlador pessoalmente, isso enfim é um fato, não que seja bom para mim, mas os ônus da função tem responsabilidade pessoalmente patrimonial, inclusive por não tomar atitudes que devam ser tomadas em termos de apuração das coisas, isso é previsão da Constituição do Estado de São Paulo. Essas ideias, não estou tirando aleatoriamente da minha cabeça, o próximo quadro apenas reitera o que foi introduzido no Estatuto da Universidade sobre as competências da Controladoria. Não vou fazer essa leitura, porque não seria o caso, todos depois podem fazê-la, mas apenas grifei em vermelho os verbos

que indicam o que é competência da Controladoria e que, portanto, não é decidir e nem é normatizar, mas é acompanhar a gestão contábil, financeira, orçamentária; acompanhar a observância dos parâmetros de sustentabilidade, vou voltar logo em seguida a falar desses parâmetros de sustentabilidade; realizar atividades de auditoria e fiscalização, no entanto, essa auditoria não leva a uma decisão conclusiva, a informação virá para o Conselho, também vou fazer uma observação sobre como estamos entendendo, se deve ser essa auditoria, enfim, em matéria de procedimentos de auditoria e correição, propor as normas, mas não adotar as normas e assim por diante; reunir e integrar dados; promover o incremento da transparência; dar encaminhamento às informações coletadas pela Ouvidoria; dar andamento à representações; articular-se com os órgãos de controle externo; encaminhar demandas às autoridades competentes; articular-se internamente; assessorar, sendo o caso da sua competência e sobre tudo informar ao Conselho Universitário. Dá para enxergar, em linhas gerais, dois grandes blocos de atuação da Controladoria. Um que tem a ver com esse controle financeiro orçamentário de gestão e outro que tem a ver com assuntos de transparência, difusão de informações, inclusive para fora da Universidade, mas notem que sem suprimir competência de outras estruturas que já existem. A Ouvidoria continua sendo a Ouvidoria independente da Controladoria. Todo sistema de transparência, de difusão de informação para os cidadãos, isso funciona independentemente da Controladoria. A Controladoria se articula com esse sistema. Posta essa interpretação do que nos parece ser o papel da Controladoria, algumas propostas. Em primeiro lugar, uma proposta do que nos parece como cinco linhas estratégicas de ação, quero dizer, além de cumprir a tarefa que é a tarefa ex-offício da Controladoria, tudo aquilo que já vimos, nos parece pertinente estruturar essas cinco linhas aí indicadas na base de sistemas de informação. Não se trata de colocar um exército de pessoas a campo atrás dessas tarefas, mas a ideia é criar mecanismos de sistemas informatizados que permitam a Controladoria enxergar e mostrar ao Conselho Universitário, prioritariamente, esses cinco elementos. Isso, veja, é naturalmente uma proposta, porque é isso que eu queria medir como reação do Conselho, sem pedir nenhuma deliberação nesse momento, mas receber progressivamente críticas sobre isso; sugestões no sentido de que algumas coisas não sejam

assim ou de que outras coisas sejam acrescentadas aí. Parece-me que essas cinco linhas de ação, em termos de sistemas de controle, seriam relevantes. Enxergar controle de parâmetros de sustentabilidade - e aqui faço um comentário um pouco mais detido - esses parâmetros de sustentabilidade não existem hoje como uma clareza em termos de norma da Universidade, ao mesmo tempo em que no ano passado foi emendado o Estatuto para se criar a Controladoria, criou-se uma competência específica para o Conselho Universitário, transitando pela COP, para que sejam estabelecidos parâmetros de sustentabilidade da Universidade em uma lógica de responsabilidade fiscal, em uma lógica de responsabilidade de manutenção da autonomia da Universidade, porque o que estamos vivendo - e o Reitor fez uma exposição nesse sentido – é em que medida a má administração dessa responsabilidade fiscal pode colocar em risco a própria ideia de autonomia. E, no fundo, é a Universidade que vai se dar esses parâmetros, eles não são impostos de fora para dentro. Até diria, já fazendo uma observação que vai um pouco além, que se a Universidade não tomar certas iniciativas, corre o risco de que esses parâmetros venham, sim, de fora para dentro. Não é nenhum tipo de ameaça que estou fazendo, é meramente uma constatação de sensibilidade política. Não é difícil que se emende a Constituição do Estado para se criar uma regra a mais, que venha uma lei dizendo quais sejam esses parâmetros. O próprio Tribunal de Contas, no último relatório que rejeitou as contas da Universidade de 2013, já resolveu indicar como parâmetro, por exemplo, 75% de gasto do orçamento com folha de pagamento. De onde tirou esse parâmetro? Esse parâmetro é meramente indicativo do Decreto de 1989 que estabeleceu a autonomia da Universidade, mas esse Decreto recomenda 75%. Qual a reação do Tribunal de Contas nessas últimas contas de 2013? – e isso eu ouvi conversando com um Conselheiro do Tribunal de Contas: ‘enquanto a Universidade não adotar um critério claro de qual parâmetro de sustentabilidade, nós vamos entender que o bom parâmetro é esse.’ É um jeito de fora para dentro estarem estabelecendo uma regra que me parece de todo saudável que a própria Universidade estabeleça. Que não sejam 75%, enfim, que os critérios sejam outros, mas que haja uma regra. Voltando ao meu ponto, não cabe à Controladoria dizer qual é o parâmetro, cabe à Controladoria controlar conforme o parâmetro. E para isso, estamos propondo que haja um

sistema que enxergue, que controle, mas é preciso que, primeiro, exista o parâmetro. Na mesma linha o segundo ponto, um controle de gestão orçamentária. Existe, no sistema Mercúrio, a ferramenta que é o Painel dos Gestores, existem outros instrumentos que Unidades têm, mas a proposta é que, de modo concentrado, a Controladoria possa trazer para o Conselho Universitário um sistema que permite a ele enxergar a execução orçamentária da Universidade em tempo real, progressivamente, não apenas a execução a cargo da Reitoria, mas a cargo das Unidades. Controle de gestão contratual, a lógica é similar em matéria de gestão contratual. Controle de procedimentos de apuração de responsabilidade, notem que a Controladoria não tem, pelo Estatuto da USP, competência de correição, de cuidar de processo disciplinar, não é uma instância recursal em processo disciplinar. Existem os processos disciplinares, a Procuradoria se envolve com isso, diversas Comissões se envolvem com isso, a Controladoria não é órgão de correição e nem estou propondo que ela faça um controle de todos os processos, mas que haja estrategicamente a identificação de processos que envolva maior grau de responsabilidade e que o Conselho queira enxergar. E, por fim, talvez, aí um pouco mais a longo prazo, que a Controladoria seja um instrumento de fiscalizar o cumprimento de metas finalísticas em matéria acadêmica, científica, que o próprio Conselho que estabeleça. Portanto, a proposta desses cinco pontos, além de cumprir as suas tarefas *ex officio* dentro das competências, é criar cinco ferramentas, pelo menos, que permitam ao Conselho a governança desses assuntos. Para encerrar, uma proposta quanto à estrutura da Controladoria. Por enquanto temos trabalhado muito na base de pouquíssimas pessoas em interlocução com os órgãos já existentes. O que estamos propondo que seja futuro é algo não muito distante disso. Em primeiro lugar, do ponto de vista normativo, temos conversado com o Reitor para que ainda este ano seja trazida, ao Conselho Universitário, a proposta de um Regimento interno que dê mais estabilidade, permanência para essas ideias que estou transmitindo. Naturalmente, será debatido pelo Conselho em que termos isso deve ser, juntamente com uma norma que o Conselho deverá adotar sobre os tais parâmetros de sustentabilidade. O segundo ponto, estamos propondo que a Controladoria tenha um quadro muito reduzido de pessoas. Não é criar um exército de auditores, de controladores, pelo contrário, a ideia que estamos

propondo, inclusive já validando esse modelo com o interlocutor externo, que é o Tribunal de Contas, e sendo muito bem recebido por eles, é assim que eles induzem que seja a coisa, que a Controladoria Geral não replique os controles que já existem. A CODAGE, por exemplo, como órgão de gestão, de administração, principal órgão central, tem auditores, tem controladores, digamos no sentido *lato sensu*, tem contadores, cuida de matéria disciplinar em interlocução com a Procuradoria, isso tudo continuaria, as Unidades têm os seus controles, isso tudo continuaria. A Controladoria seria um órgão enxuto que faria uma espécie de inteligência geral desse processo, coordenação desse processo, enfim, o que já disse no terceiro ponto ilustrando o quadro anterior. Uma última tela, que talvez nem seja necessário que eu exponha, no fundo é esclarecer a todos que, ainda que não existe esses instrumentos que narrei, enquanto proposta. Esse nosso pequeno grupo atuando na Controladoria tem mantido uma interlocução frequente, interna e externa à Universidade, para tentar consolidar essas ideias, sempre na perspectiva de trabalhar pela edificação de um modelo que não será para esta gestão e nem serão essas pessoas que estamos hoje na Controladoria. Essa interlocução tem ocupado, em grande medida, o tempo desses meses de março até aqui, com um pequeno adendo, que foi uma coisa um pouco circunstancial, mas uma demanda de todo pertinente da Reitoria, de que a Controladoria, pelo menos nesse primeiro momento, cuidasse de coordenar a feitura do Anuário Estatístico, o que está sendo feito com um forte apoio altamente competente da STI, que já tem os instrumentos informatizados para a coleta dessas informações e tem sido feito na interlocução com as Pró-reitorias, que têm opinado muito mais intensamente quanto a uma visão estratégica. E não só as Pró-reitorias, outros órgãos de direção, mas especialmente as Pró-reitorias, também a AUCANI, a CODAGE, que tem opinado estrategicamente nessa matéria. Peço desculpas se me alonguei um pouco mais do que desejava, mas gostaria, passados os seis meses da designação por esse Conselho, de prestar contas e trazer essas informações e dizer que estou à disposição e desejo receber as críticas e sugestões sobre esse modelo em construção." Palmas. **M. Reitor**: "Todos conhecem agora o Controlador e sabem a quem se dirigir para sugestões e demandas. Nesse tempo a Controladoria já teve ações que são significativas, como por exemplo, com relação a toda prestação de

contas da Universidade do ano passado, assim como fazendo isto olhando para a mais recente prestação de contas da Universidade, que foi a de 2013, que foi julgada pelo Tribunal de Contas e rejeitada integralmente, acusando um grande número de irregularidades. Portanto, olhando aquilo, nós não só temos que justificar, sofrer eventualmente as penalidades, mas modificarmos os nossos sistemas em relação a isso. De forma que esse é o papel importante que a Controladoria já está fazendo." **Prof. Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida (Controlador Geral)**: "Agradeço ao Prof. Zago porque, efetivamente, esse é um ponto fundamental, que na síntese final daquela tela deixei passar. Tenho trabalhado nesse diálogo muito próximo da gestão, olhando as contas de 2013 rejeitadas e tentando antever questões relativas às contas subsequentes para que já sejam antecipadas medidas, e oportunamente pediria outro espaço em uma pauta de um futuro Conselho Universitário, até para compartilhar com todos os membros desse Conselho as ideias que estão sendo discutidas, pontos que o Tribunal de Contas entende que devam ser corrigidos, até mesmo pontos que nós, Universidade, entendemos que temos que manter. E iremos responder ao Tribunal de Contas, mas com um detalhe que não quero tratar de modo alarmista, mas é um dado muito pragmático da realidade, que na manifestação do plenário do Tribunal de Contas de rejeição dessas últimas contas de 2013 houve uma sinalização muito clara de responsabilização, não apenas do Reitor, mas também do Conselho Universitário, por certas decisões. Parece-me que é muito salutar para o Conselho participar, acompanhar essas discussões sobre correções, em termos de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas." **M. Reitor**: "Iremos abrir a palavra aos Conselheiros, quero fazer um acordo para terminar esta reunião ordenadamente. Temos uma pauta que não será completamente cumprida. Pretendo abrir a palavra aos Conselheiros por aproximadamente uma hora, talvez quarenta e cinco minutos, e temos um tópico que demanda a presença de todos. Como disse o Prof. Fernando todos somos responsáveis pela gestão do orçamento e faremos o Item 3, que é a Revisão Orçamentária, onde o Prof. Adalberto Fischmann irá nos atualizar. Depois temos o tópico final, que imagino que não demandará tempo, é mais uma questão que exige a passagem pelo Conselho Universitário, que é uma reestruturação curricular da FEA de Ribeirão Preto. Presumo que será curta a discussão, se complicar

teremos que retirar de pauta. Antes disso, gostaria de anunciar, já que ela não irá se manifestar, que me sinto triste porque a Profa. Terezinha Andreoli Pinto termina o seu mandato, esta é a sua última reunião e então temos que lembrar que aqueles que assumem esta responsabilidade na Universidade merecem os nossos cumprimentos, porque esse é um trabalho que exige muito mais do que as quarenta horas semanais de trabalho, são vinte e quatro horas por dia, portanto, temos que agradecer àqueles Dirigentes que fazem isso. Muito obrigado Profa. Terezinha." Palmas. **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda (Apresentação)**: "Retorno a este Conselho e descobri que uma coisa não mudou, ele continua gelado e muito pouco convidativo às mulheres porque esse clima é para quem usa permanentemente ternos. Isso para lembrar a Profa. Eva Blay, minha colega de Departamento e que era Chefe da Sociologia quando fiz o concurso na USP e fui admitida. Rapidamente, qual é o objetivo dessa minha exposição. É uma exposição sobre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São poucos dados, porque imaginei que o tempo era escasso, porém são dados que oferecem uma imagem da minha Faculdade. A Faculdade central nessa Universidade e da qual tenho orgulho hoje de ter sido indicada a Diretora. Essa primeira imagem é da Biblioteca Florestan Fernandes, que tem um acervo de mais de seiscentas mil obras e não pode mais receber nenhuma doação, por falta de espaço. Inclusive, nesse momento temos doações de grandes humanistas e cientistas sociais do exterior que querem nos enviar a sua biblioteca e temos dificuldade de receber. Por que a primeira imagem é da Biblioteca? E aqui irei lembrar o meu colega e amigo Prof. Sergio Adorno, a quem eu sucedo - dois sociólogos. A Faculdade tem sido, nos últimos tempos, dirigida, com alguns interregnos, por cientistas sociais. A Biblioteca é o que nos une, une a Faculdade de Filosofia - e que tem um nome muito significativo que foi um dos mais importantes sociólogos do mundo, Florestan Fernandes. Temos cinco cursos de graduação, como sabem: Letras, Ciências Sociais, Filosofia, História e Geografia, mas Letras tem 16 habilitações. A Faculdade é muito grande, muito maior do que muitas Universidades importantes; dos nove cursos da USP avaliados entre os cinquenta melhores nos *rankings* internacionais, seis são da Faculdade de Filosofia. Em seguida, temos uma relação rápida dos nossos Programas de Pós-Graduação, temos vinte e sete Programas em todas as áreas. As Letras

tem inúmeros Programas. Também quis trazer para vocês uma relação dos Departamentos e seus Laboratórios. Temos onze Departamentos, alguns enormes, O Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas tem cento e dez professores. Temos vinte e um Laboratórios situados em todas as áreas. Temos dezesseis Centros, três Cátedras e nove Núcleos. Portanto, a Faculdade é responsável por um universo grande, não só por formação graduada e pós-graduada, mas, também, de pesquisa, o que a leva a ter esse desempenho nos *rankings* internacionais. Temos um quadro a seguir que se refere à graduação, às disciplinas oferecidas em 2016, tivemos trinta e dois mil matriculados e as vagas oferecidas, e aqui tem um dado importantíssimo, que é o do SiSU, a Faculdade tem sido responsável por quase 50% de absorção de inclusão social dentro da Universidade de São Paulo. Em seguida, uma proporção de alunos de graduação por docentes, aqui está expresso com toda clareza essa relação que não é muito tranquila, temos 12.176 alunos, contando quase 10 mil de graduação e os outros de pós-graduação. Irei passar rapidamente em relação à pesquisa, aos Simpósios Internacionais de Iniciação Científica, em que a Faculdade recebeu várias menções honrosas e o número de bolsas de iniciação científica; e neste momento temos 165 pós-doutores. O quadro docente permanente, que é o gráfico seguinte, tem mostrado, no entanto, que o nosso número de docentes é declinante, estamos chegando ao ponto que talvez não possamos cumprir certas obrigações dos cursos noturnos e os cursos de inglês. Em seguida, temos o número de cursos de Cultura e Extensão, porém com um total de alunos, isso é menos importante, mas se olharmos o quadro da Cultura e Extensão em uma relação com cinco Faculdades que mais oferecem cursos, Veterinária, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Medicina, temos uma participação muito maior. Os convênios de comissões internacionais são crescentes. Com relação à Comissão de Cooperação Internacional e a mobilidade estudantil, a Faculdade tem sido responsável por 20% da recepção dos estudantes no exterior e o número de estrangeiros matriculados; nos cursos sobre Cultura Brasileira é crescente também. Termino mostrando, não só o crescimento desse acervo, mas a nossa evolução orçamentária altamente declinante. E em uma comparação verba por aluno na Faculdade, pegando a Politécnica que é uma escola assemelhada, temos uma imensa desvantagem para a Faculdade de Filosofia. A Faculdade

de Filosofia finalmente recebeu, entre 2012 e 2016, vinte e oito prêmios e a Faculdade de Filosofia tem sido responsável pela formação dos intelectuais de São Paulo, do Brasil, dos cientistas sociais do Brasil e dos nossos mais importantes dirigentes públicos." Palmas. **M. Reitor**: "Quero cumprimentar a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela sua reconhecida contribuição para a vida da Universidade de São Paulo e quem sabe convidar os outros Diretores que aqui estão para, uma vez em cada Conselho Universitário, segundo uma escala que pode ser acertada com o Prof. Ignacio Poveda, fazerem algo semelhante, dando a conhecer a todo o Conselho a estrutura e a vida de cada uma das nossas Unidades." **Cons. Marcos Nogueira Martins**: “Vim aqui cobrá-lo. Na verdade estou só transferindo uma cobrança que estou recebendo. Naquele evento que foi realizado no início deste ano, o senhor fez uma promessa de que os contratados a partir de certa data que fizessem projeto FAPESP receberiam um auxílio, e o pessoal está me cobrando. O pessoal, na Física, faz projeto FAPESP toda hora e eles estão querendo saber como está isso. Cobro o Prof. Krieger e ele diz que não recebeu nada." **M. Reitor**: "Deixa eu entender. São recém contratados, contratados nos últimos anos e fizeram o seu primeiro projeto. Mandaram para cá?” **Cons. Marcos Nogueira Martins**: "Eles não sabem para quem pedir." **M. Reitor**: "É ao Gabinete do Reitor. Os demais estão recebendo a sua turma, está ficando para trás.” **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: “Tínhamos, na verdade, discutido um pouco em algumas congregações anteriores e discutimos muito na rede interna do IME as questões relativas ao PIDV e haviam três Moções que não chegaram a ser votadas e, possivelmente, serão apresentadas oportunamente aqui. Uma se refere aos esclarecimentos sobre o primeiro PIDV e de certa forma adianto, não sei se a Moção será aprovada, havia uma preocupação com relação à questão do PIDV anterior, em particular a notícia que aqui circulou sobre a recontratação ou a mudança de *status* de contratação do Prof. Nakao, que gerou uma certa situação, enfim, pediram esclarecimentos. Outras questões se referiam ao recente processo de avaliação, mas não recebi nenhuma informação, não sei se a Reitoria irá falar algo aqui nesta reunião. A terceira questão, que era objeto de uma Moção que ainda não foi submetida porque, digamos, acabou o quórum da reunião pelo adiantado da hora, se refere – e, obviamente, faço em caráter pessoal, pois vi

que o Reitor apresentou aqui várias informações com relação a questão da McKinsey – a essa consultoria que foi contratada. Tive a oportunidade de ler alguns documentos, o Acordo de Cooperação, o Acordo de Adesão e outros. A minha questão é que acho que a Reitoria ou a Administração necessita ir além do comunicado que foi distribuído eletronicamente para todo mundo. Aquele comunicado é insuficiente pela magnitude que imagino do que poderá ser a proposta envolvendo a consultoria. Para citar algumas questões, não sei se os dirigentes que tiveram um encontro com o Reitor em junho estavam informados do andamento e das tratativas que estavam envolvendo. O que me preocupa, pessoalmente, é que a McKinsey é uma consultoria de caráter internacional com uma forte presença, principalmente, no governo americano e que não cobra pouco. Tive uma informação de um amigo que é executivo de uma multinacional e que solicitou uma consultoria da McKinsey para se fazer uma análise de conjuntura do setor que a empresa operava, e o pedido foi cinco milhões, e não foi feito, eles não toparam porque acharam muito caro. Fico aqui imaginando qual é o tamanho da conta que o Grupo Comunitas, que no Termo de Adesão é colocado como organização social, mas também há uma menção de amigos da USP, não caracterizada como uma organização, ou seja, o que também me incomoda é: será que não caberia chamar o Conselho Universitário um dia antes de apresentar ao Governador tudo isso e fazer todo o cerimonial com o Governador, que levou lá a Comunitas, que é quem faz a doação do pagamento à consultoria? Não caberia ao Conselho Universitário receber essas informações, essa discussão? Não tenho nenhum problema da Reitoria conversar com quem quer que seja segundo as suas convicções, acho isso perfeitamente tranquilo, o que me incomoda é, do meu ponto de vista, que o volume ou o envolvimento de uma empresa de um porte internacional em um ambiente em que o nosso país, as empresas de educação de um modo geral estão sendo monopolizadas, em uma tentativa de caracterizar a nível de grandes grupos econômicos comprando grande parte das Universidades privadas, me incomoda eu ter uma grande consultoria internacional agindo sem eventualmente uma discussão que paire um pouco mais ampla do que o ambiente restrito da Administração Central.” **M. Reitor**: "Preciso falar, porque o que ouvimos aqui foi um discurso que se chama enrolação, que se chama criar confusão, levantar suspeitas em um ambiente que é absolutamente claro. Se o

senhor quer saber o valor, o senhor pega os documentos que estão publicados, porque lá está escrito. Dizer qual é este valor, 'isto pode ser um valor', dá a impressão que estamos fazendo algo suspeito, que a Reitoria está trabalhando sem seguir as linhas acordadas neste Conselho Universitário, daquilo que estava dito no meu programa e que levou à minha eleição; é isto que estou seguindo professor, não há nenhuma novidade. Esta Reitoria vai continuar conversando com amigos da USP, com ex-alunos da USP, com empresas nacionais e internacionais sim, e não precisa o Reitor ser tutelado a cada momento e convocar uma reunião do Conselho Universitário para tratar de um Acordo cujo valor está previsto, está divulgado, foi analisado pela COP, como se este fosse um grande acontecimento que vai mudar os caminhos da USP bruscamente, como fôssemos virar lacaios de uma Companhia internacional que o Governo Americano contrata. Deve ser uma Companhia boa, deve dar boas sugestões, porque se os empresários estão, em geral, contratando esta consultoria e pagando bem por ela, ela deve ser interessante. O que devo fazer - isto sim - é fazer com que o trabalho caminhe, e quando tivermos resultados que mereçam satisfação, trazê-los aqui; farei desta forma com este e com outros assuntos. Esta tentativa repetida de a cada semana e a cada mês descobrir uma coisa secreta, uma coisa exótica, uma coisa condenável que esta Reitoria está preparando, não pega, não convence ninguém. Não se esqueça, Professor, que o Reitor da Universidade de São Paulo tem apoio maciço na comunidade da Universidade de São Paulo, converso com as pessoas, ouço opiniões e sei que todos estão interessados nisso. Obviamente que se eu tivesse que pagar esse valor dos cofres da Universidade, seriam 'outros quinhentos', mas aceitar uma doação para que se faça uma análise, para que faça sugestões, cujos resultados trarei à apreciação, não serei tutelado nem para esse e nem para outras ações que farei dentro daquilo que é a minha competência como Reitor da Universidade e do apoio que recebo deste Conselho e da massa da Universidade de São Paulo. Pequenos grupos, que continuamente levantam suspeitas a respeito de coisas exóticas, estapafúrdias, acabam em nada, não irão afetar, como já disse no discurso anterior. Quanto à questão do Prof. Nakao, o Prof. Vahan, que é o responsável pela área, poderá esclarecer." **Vice-Reitor:** "Todos sabem que o Prof. Nakao, como várias pessoas aqui dentro da Universidade, tinha duas funções:

funcionário, como Engenheiro e docente. Isso é uma acumulação permitida para todos, temos dezenas de professores que são funcionários públicos que acumulam como docentes em tempo parcial na nossa Universidade. Isso também vale para os nossos funcionários, temos algumas dezenas de funcionários que também acumulam o cargo de docente. O Prof. Nakao tinha o direito - e o exerceu - de se aposentar como funcionário e por isso recebeu a quantia que era compatível ao seu salário como Engenheiro. Aliás, os salários normais dentro da nossa Universidade talvez possam ser considerados altos, fora dos padrões da Universidade, mas são salários normais. E o valor que ele recebeu, aliás, essa dúvida também foi levantada, a de que ele recebeu valores exorbitantes do PIDV, não senhor, o valor foi idêntico ou similar ao que ele tinha direito, e dezenas de colegas nossos receberam até valores superiores, em função de seus salários de origem e o tempo que tinham de Fundo de Garantia. Mas ele continua como docente e exerce funções de representação que acumulam verbas especiais e, com isso, ele continua trabalhando como docente, apesar de ser tempo integral, ele acumula os direitos que ele tem nas funções que exerce. Como o Prof. Zago informou, como ele acumula funções, ele só recebe de uma delas e as outras ele não recebe complementação. Uma última coisa que foi levantada e que não foi dita aqui, mas foi dita em certas circulares, o PIDV foi desenvolvido totalmente na CODAGE e o Prof. Nakao não participa da CODAGE, portanto, essa insinuação de que ele preparou um programa para se beneficiar, diria que é até um pouco perverso para com a pessoa dele." **Cons. Lucas Caprio dos Santos**: "Eu não iria comentar esse assunto, mas já que foi levantado, foi apurada a questão do Prof. Nakao e gostaria de perguntar ao Prof. Vahan, porque é uma informação que faltou, o salário do Prof. Nakao, como docente, era de R$ 6.600 reais, isso equivalia a RTP com os quinquênios, sexta parte e a verba de representação. Meses depois de ter saído pelo PIDV na condição de funcionário, o docente teve o regime de trabalho elevado para RTC e o salário agora está na faixa dos R$ 22 mil reais, quase equivalente ao que era antes, não sei se o Prof. Vahan tem alguma coisa a comentar sobre isso. Foi falado aqui que a questão do processo eleitoral para os RDs teriam grupos políticos interessados em influenciar esse processo. Gostaria de colocar uma coisa aqui." (O Conselheiro coloca áudio de propaganda do candidato a Prefeito da cidade de São Paulo,

João Doria Junior, dizendo que fará parceria com o Governo do Estado para oferecer cursos através da UNIVESP e o aluno sairá com diploma da USP). "'O aluno sai com diploma da USP'. Até onde sei isso não passou no CoG, isso não passou no Co, isso sim é interesse político e isso sim fere as normas universitárias. Outra questão, que foi falada é que os estudantes não estavam preocupados com a questão orçamentária na gestão passada, quando foram contraídos gastos excessivos. Também, estudantes não eram Pró-reitores na gestão passada. Foi colocado - e não é a primeira vez - que a categoria dos estudantes querem alavancar a destruição da Universidade. Faço referência a uma frase escrita pelo Prof. Franklin Leopoldo e Silva: 'Os liberais ilustrados constituíram o processo inaugural de Universidade. Os liberais tecnocráticos reformularam o processo terminal da Universidade'. De forma que, referencio-me nessa frase e também não me senti atingido por essas acusações. Em relação à questão da avaliação docente - também acho que já foi levantado aqui, alias, me esqueci, gostaria de me solidarizar com o Prof. Marcos Magalhães, acho que ninguém merece ser tratado dessa forma no Conselho Universitário - no contexto desse projeto USP do Futuro, parece-me preocupante que exista um mecanismo para avaliar quem produz o que interessa, quem produz o que não interessa, quem produz mais - seja lá o que significa produzir mais -, quem produz menos, quem tem que ficar, quem tem que ser punido e quem tem que ir embora. Acho que a ideia de uma avaliação docente institucional centralizada e sem critérios pré-definidos abre margens perigosas para isso. Poderíamos estar aqui discutindo a questão da avaliação, como inclusive já foi reivindicado pelos representantes de categorias docentes, inclusive no que tange à questão da melhoria da qualidade do ensino, acho que seria muito importante que tivesse um debate aberto aqui, de forma que talvez chegássemos a um consenso, porque me parece que essa questão tramita nas Unidades há um bom tempo; e me parece que a maioria tem se manifestado contrária à centralização do processo e acho que dá para pensarmos em outras formas de discutir essa questão e informar os senhores e a nós também para podermos saber do que se trata, porque também é do nosso interesse. O corpo discente também sabe o que é avaliação injusta, não precisamos ser demitidos por improdutividade via processo administrativo, a gente evade, a gente sofre pressão acadêmica, temos transtorno psicológico decorrente da

graduação, temos falta de apoio, e o processo de avaliação docente não pode replicar os mesmos problemas." **Vice-Reitor:** "Só para responder formalmente, Cons. Lucas, algumas funções na Universidade são obrigatórias o professor ser RDIDP, mesmo quando ele é RTC ou RTP. Por exemplo, o Vice-Reitor, mesmo que eu fosse RTC, enquanto eu estiver na Vice-Reitoria sou obrigado a ser RDIDP. E Prefeitura é um desses casos. Enquanto o Prof. Nakao estiver como Prefeito do *Campus,* ele será RDIDP, mas não tem direito a continuar quando ele sair da Prefeitura, isso será apenas durante o mandato." **Cons. Miguel Antônio Buzzar**: "Irei ler uma Moção aprovada pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo, em sua reunião do dia 2 de setembro de 2016, basicamente subscrevendo uma Moção da Associação Nacional de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 'O Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAUUSP - vêm acompanhando com preocupação, compartilhada por inúmeros setores da sociedade civil, brasileira e internacional, as ameaças de retrocesso no lento, mas fundamental, processo de construção de um sistema nacional de educação e pesquisa, dos níveis fundamentais ao superior. A manutenção, expansão e aprimoramento contínuo desse sistema, previstos na Constituição de 1988 e consubstanciado no Plano Nacional de Educação de 2014, significa não apenas um instrumento de promoção da cidadania e de combate à iníqua desigualdade social do país como também à condição essencial para o desenvolvimento soberano do Brasil no mundo do século XXI, em que o domínio do conhecimento passa a se constituir no fator estratégico de inserção e posicionamento no sistema internacional. Essa perspectiva está hoje ameaçada pelo aprofundamento dos cortes e a limitação dos investimentos em ciência, educação e tecnologia, erroneamente caracterizados como despesas públicas, bem como pelas propostas de supressão das condições essenciais para o seu desenvolvimento: as liberdades de pesquisa, de expressão e de ensino e aprendizagem exercidas em ambiente e condições laicas e republicanas. O projeto de lei 193/16, do Senador Magno Malta (PR-ES), em discussão e consulta pública pelo Senado Federal, constitui a mais significativa, embora não única, dessas ameaças. Formalmente pretende incluir entre as diretrizes e bases da educação (Lei 9394/96) o Programa Escola sem Partido que, a pretexto de eliminar uma suposta doutrinação partidária, institui a censura prévia e

criminaliza o exercício das liberdades fundamentais no âmbito escolar. Esse entendimento não é apenas das instituições e entidades da área educacional, mas também do Ministério Público Federal, que encaminhou ao Senado nota técnica em que afirma que o projeto ‘confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços público e privado, impede o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado - todos princípios previstos na Constituição de 88’. Por tais razões, a Congregação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo soma-se às inúmeras manifestações de repúdio a essa proposta e reivindica o imediato arquivamento do projeto 193/16 do Senado Federal, assim como dos vários projetos semelhantes que tramitam nas Assembleias Legislativas de vários estados da Federação. São Carlos, 02 de setembro de 2016.’ Essa é uma Moção que, sinceramente, gostaria que um dia o Conselho Universitário também pudesse adotar. O IAU também aprovou outra Moção em uma reunião, em agosto, que vou sintetizar, que é uma Moção em prol da manutenção dos serviços de creche na Universidade de São Paulo, que se abra a discussão sobre esse serviço e que não se imponha, digamos assim, uma restrição que tende a supressão do serviço através de medidas restritivas, como por exemplo, o impedimento de novas matrículas.” Palmas. **Cons. Douglas Rogério Anfra**: “Venho aqui me despedir da minha última sessão do Conselho Universitário, infelizmente tratando novamente de um assunto reiterado aqui, que acabou de ser citado, que é relativo ao problema das creches. Basicamente, farei a leitura de uma Moção escrita pela Comissão de Mobilização pelas Creches e aprovada pela Associação de Pais e funcionários das creches. ‘Na tarde de ontem, segunda-feira, 3 de outubro, recebemos a informação de que Martha Musa Magaldi, atuante na direção da Creche e Pré-escola Central da Universidade de São Paulo, foi transferida para o Hospital Universitário. Tal transferência nos surpreendeu e nos preocupa: após 35 anos de dedicação e atuação no serviço de creches, a qual, por sua vez, é reconhecida nacional e internacionalmente pelo trabalho que realiza na educação infantil, articulado ao tripé pesquisa, ensino e extensão, que caracteriza a Universidade, Martha foi arbitrariamente retirada de seu cargo e relegada ao ostracismo no Hospital. Apesar de graduada em Enfermagem, Marta foi contratada para trabalhar no

serviço de creches em 1981 e atua na gestão das Creches desde 1989, consolidando um campo de trabalho e formação na área da educação; diante desse contexto sua realocação para área da saúde, mesmo sob a argumentação da necessidade de reposição do quadro de enfermagem no Hospital, não se sustenta. Destacamos ainda a forma através da qual ocorreu tal processo: repentina, sem justificativa, sem o devido reconhecimento da atuação de Martha e sem nenhum tipo de diálogo com os diretamente envolvidos, a comunidade das creches e a comunidade USP. Além disso, a transferência foi efetuada após circulação de um vídeo que denunciava o ilegítimo fechamento das Creches em processo desde 2015, dirigido pela Reitoria, em consonância com sua política de desmonte, precarização e terceirização da Universidade. A proximidade entre os eventos, a luta pela existência e manutenção da excelência do serviço de creches e a indisposição da Reitoria diante de nossas reivindicações nos faz pensar que tal atitude possa ter sido um tipo de perseguição política. Por fim, além de indignarmo-nos, reivindicamos diálogo e recolocação de Martha Musa Magaldi em seu cargo na Creche e Pré-Escola Central. Comissão de Mobilização pelas Creches da USP.' Acrescento, despedindo-me. Foi um ano tenso, observando vários problemas aqui o qual encontramos diferenças, infelizmente tenho que dizer que não foi exatamente uma experiência prazerosa, não necessariamente por causa dos senhores conselheiros, ao qual raramente se fala de igual para igual, mas até pelo formato o qual não conhecia aqui do Conselho Universitário e que muito me assusta. Temos o nosso tempo contado, o Reitor pode ter apartes violentos e pode, sem marcação de tempo nenhuma, responder as falas das pessoas, como tenho visto em relação a qualquer posição contrária. A qualquer oposição no Conselho Universitário que tenho visto, tem sido uma indisposição e uma violência que eu não conheço sequer no Movimento Estudantil, onde as pessoas se dirigem criticando as posições contra as outras, o que já vale como ofensiva. Por exemplo, aconteceu uma reunião da Congregação da Faculdade de Educação e ela foi chamada aqui de Assembleia, por ter um formato onde participam, além dos membros que compõem o colegiado, conforme o Regimento, participam também estudantes. Isso foi chamado aqui de Assembleia. Acho isso desrespeito aos colegas, e por isso tenho atuado nesse sentido esse ano todo, defendendo a questão das

creches, a questão da educação infantil. Há um problema nesse país e os poucos que realizam pesquisa e se dedicam ao assunto são tratados de uma maneira como se fossem algo não só descartável, como algo que não tivesse importância enquanto pesquisa, enquanto ensino e enquanto extensão. Com isso me despeço, vejo esses problemas que irão enfrentar agora a nova bancada de estudantes, desejo boa sorte aos próximos representantes discentes da Pós e que nessas batalhas, ao menos eles consigam ter novas vitórias e que consigam ter o entendimento e a consideração dos caros Conselheiros. Muito obrigado." Palmas. **Cons. Carlos Alberto Moro**: "É lamentável a posição da Universidade de São Paulo em relação às creches, principalmente em um momento, a professora falou que a ONU discute a participação das mulheres, em se igualarem aos homens no ano de 2050 e discute-se também o empoderamento das mulheres, das minorias, é lamentável. Mas quero dizer, com grande satisfação, que foi assinado o Convênio com o Parque Tecnológico Supera para que permita o Laboratório de Bioengenharia operar para as funções a que foi definido, ou seja, prestar serviço na área de controle tecnológico de implantes ortopédicos, o que já avançou - e muito - para demais equipamentos da saúde. É com enorme satisfação que vemos esse projeto, essa caminhada do calvário, que durou cerca de oito anos, felizmente parece que houve contento. Será uma importante ferramenta jurídica, que permitirá a extensão à nossa comunidade de empresas. Acredito que colocar os laboratórios da USP à disposição das empresas sejam elas incubadas em fase de consolidação ou empresas consolidadas, é sim, contribuir para o desenvolvimento tecnológico do país, é sim, contribuir para a geração de divisas, para a geração de receitas e impostos e distribuição de renda, principalmente porque irá gerar empregos mais qualificados. Para quem não sabe, Ribeirão Preto é uma cidade com vocação comercial de negócios e de prestação de serviços, e existe uma ilha dentro de Ribeirão Preto, que é o maior polo de pequenas empresas, ele pode não ser o maior em faturamento, mas talvez o maior em número de empresas na área de equipamentos médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos, e a implantação do Parque Tecnológico será muito importante para alavancar ainda mais esse polo industrial que existe, que é uma ilha. Gostaria de cumprimentar a Professora Maria Paula, quando ela assumiu o

controle disso, parece que as coisas andaram muito mais rápido, mas não é só de elogios que vivemos, não pode um projeto como esse demorar oito anos. O Reitor acabou de falar na busca de recursos que a Universidade precisa, não pode uma Procuradoria, onde estão alocados os maiores salários da Universidade, que até denigra a imagem dos demais funcionários, não pode demorar uma Procuradora, que não irei falar o nome por questões éticas - e quem me conhece sabe que sou ético - um ano para enviar um modelo desse convênio. É lamentável. E não pode também, neste mesmo sentido, essa Procuradoria tirar esse número de precatórios, só eu, no meu universo ali da Faculdade de Medicina e da FEA, conheço dois milhões de precatórios de colegas. Enfim, é muito importante que tenham mais laboratórios, não só o do nosso *Campus*, que venham a aderir esse modelo do Parque Tecnológico, abrindo os seus laboratórios para as empresas. É lamentável ver o indivíduo falar 'o meu equipamento', aquilo é equipamento público e tem que ser disponibilizado para o público e, no caso, às empresas." **Cons. Guilherme Zdonek Mongeló**: "Assim como o companheiro Douglas, também este é meu último Conselho Universitário. E o sentimento que compartilho com o que o Cons. Douglas comentou é de felicidade de poder contribuir para a luta, mas um tanto de decepção. Relembro aqui que o último arqueólogo (sou arqueólogo) que pisou neste Conselho Universitário, saiu daqui, em 1969, preso pela polícia por ter feito uma denúncia de graves problemas de corrupção que existia na Universidade. O professor Paulo Duarte, em 1965, escreveu seus famosos 'discussões contra as cátedras que reinavam na Universidade' e em uma das mais famosas entrevistas dele, disse que o grande problema da Universidade eram os velhos e míopes rinocerontes que continuavam administrando as estruturas da Administração Central. Embora acredite que não estejamos tão ameaçados como estávamos em 1969 e não corro o risco de ser processado por fazer qualquer tipo de discurso aqui, acredito que a patologia da miopia ainda permanece em alguns momentos e, muitas vezes, no Conselho Universitário. Acho que me elegi, não para galgar postos na burocracia Universitária, o que acredito que muitas pessoas o fazem, mas sim para lutar pelos direitos dos pós-graduandos e ser uma voz ativa na luta que corre lá fora e que a miopia, que ocorre aqui dentro, dificulta um pouco enxergar a realidade de lá. Foi um ano de muita luta para todos representantes

da ‘Pós Ativa e Voz Ativa’. Lutamos muito por cotas, lutamos muito pelas creches, lutamos por uma pauta histórica - que sempre colocamos - que é a pauta da Estatuinte; fomos, portanto, porta-voz, não só de nossa categoria - acredito eu -, mas de todos os descontentes com os problemas administrativos da Universidade. Foi um ano muito difícil para poder concatenar essas lutas que ocorrem lá fora e a tentativa de poder trazê-las aqui. Acho que a miopia foi um grande problema para fazer essa correlação e o Professor Zago trouxe um exemplo que é muito importante colocar, que é o da exposição que o Museu de Arqueologia está fazendo em conjunto com o Sesc, no Sesc Pinheiros. Contribui enormemente para essa exposição, trabalhei muitos dias para essa exposição, grande parte dos artefatos arqueológicos que estão lá foi eu que escavei e é importante colocar que, diferente do que o Prof. Zago disse, essa exposição não é reflexo positivo das novas medidas da Universidade (aproximando-se do setor privado desse programa parceiro da USP), na verdade, essa exposição é um reflexo, por exemplo, da falta de espaço dos setores positivos do Museu de Arqueologia ou da incapacidade, não só dessa administração, mas também das anteriores, de terminarem o prédio do MAE, que está em construção há pelo menos cinco anos, ali na saída do portão três da Universidade. Mais uma vez, é importante a presença dos pós-graduandos e dos representantes discentes para tentar curar essa patologia, que não sei se cresce, mas permanece pelo menos a mesma desde os anos 60. Saio um pouco desiludido e triste por não poder contribuir na cura dessa miopia, mas saio feliz, por ter podido ser a voz da luta e dos verdadeiros lutadores que se encontram na Universidade de São Paulo.” **M. Reitor:** “Darei uma informação que, talvez, interesse a todos. Além daquilo que já foi gasto, será que as Conselheiras e os Conselheiros têm ideia de quanto custaria terminarmos esse belíssimo e fantástico prédio para o Museu de Arqueologia e para o Museu de Zoologia? Lindíssimo projeto. No momento, orça ao redor de R$ 350 milhões. Pergunto: será que este Conselho estaria disposto a sequer considerar gastarmos esse recurso agora para terminarmos esse Museu? As pessoas do Museu sabem muito bem que sou um grande fã, não só deste, mas dos outros Museus que temos na Universidade de São Paulo, mas, ao fim e ao cabo, nossa responsabilidade é manter a Universidade viva, senão, nem Museu nem Universidade.” **Cons. Guilherme Zdonek Mongeló:** “A obra do Museu não é

um presente da Administração à Universidade de São Paulo, ela é fruto de um termo de ajustamento de conduta, de uma empresa chamada Brookfield, que destruiu um sítio arqueológico na Av. Faria Lima. E o acordo que existe entre a empresa e Universidade de São Paulo já foi cumprido, por parte da empresa e ainda não foi cumprido por parte da Universidade de São Paulo." **M. Reitor**: "O senhor está parcialmente informado, com uma informação errada ou incompleta. O acordo de ajustamento de conduta previa que esta empresa, Brookfield, contribuiria com R$ 35 milhões e ela contribuiu com isso. No entanto, quem fez o projeto, fez um projeto que prevê - neste momento está tudo parado - o gasto de mais R$ 350 milhões, que não vai ser a Brookfield, mas a Universidade de São Paulo que terá que colocar para acabar. Acho que um dia será acabado, mas não vai ser agora, porque se acabar o Museu, acaba a USP também. De onde vamos retirar o dinheiro? Quem sabe encontremos um grande doador, mas o Reitor, provavelmente, para conversar com possíveis doadores, precisa pedir permissão ao Conselho Universitário para conversar com alguém que seja um eventual doador. Foi um termo de ajustamento de conduta sim e a Brookfield cumpriu a sua parte, nós não cumprimos a nossa. Sinto muito. Já gastamos mais que isso. O que está lá já custou mais de R$ 100 milhões. Assim, o Reitor não faz isso porque acha bonito ou porque não gosta do Museu, mas porque onde tem muita gente para comer, precisamos distribuir o pão." **Cons. Gabriel Varandas Lazzari**: Vou ler uma nota que foi encaminhada, via página do DCE, sobre esses últimos acontecimentos, que foram bastantes negados aqui pela Reitoria. De algum modo negado e de algum modo escamoteados. A nota que foi solta dois dias atrás diz: 'A próxima reunião do Conselho Universitário será realizada nesta terça-feira, 04 de outubro, sob o contexto da denúncia do Acordo entre a Reitoria e a maior empresa de consultoria empresarial do mundo, a McKinsey&Company. O objetivo do Acordo, segundo a denúncia anônima feita à Adusp [1], é 'criar um novo modelo de captação de recursos e de gestão de orçamento para a Universidade'. A conduta sigilosa da Reitoria neste acordo reforça seu caráter autocrático na condução de pautas que dizem respeito à toda comunidade acadêmica e sociedade. Os únicos ouvidos, em audiência no Palácio dos Bandeirantes, foram os líderes de alguns dos maiores monopólios brasileiros - Natura, Cosan, Itaú e Ultrapar. O papel da McKinsey em outros

projetos de educação e a estirpe dos presentes na audiência apontam para o avanço do projeto privatizador da Universidade de São Paulo, cujo enxugamento do fundo público para a educação - absoluto e relativo - abre espaço para os investimentos privados e, até mesmo, coloca novamente na pauta a cobrança de mensalidades - como já é feito nos cursos de pós-graduação *lato sensu*. O acordo denominado 'USP do Futuro' [2] não entrará na pauta da reunião. Mas, não ficaremos calados frente ao autoritarismo da Reitoria e seu projeto privatizador, vamos exigir esclarecimentos do Reitor e nos posicionar contra qualquer medida que atente contra o caráter público e gratuito da USP. De modo geral, o que define a próxima reunião do Co são os silenciamentos. A Reitoria não conseguiu acordar a maioria de votos nas pautas essenciais para avançar o projeto privatizador, como PIDV 2 - segunda fase do Plano de Incentivo à Demissão Voluntária -, a 'Nova CPA' - Comissão Permanente de Avaliação e o 'Estatuto Docente'. Como a proposta da Reitoria depende da imposição de suas pautas, o que está em jogo não é o debate e a votação democrática, para chegar ao Co, dependem da certeza de vitória. Sobre o PIDV 2, em primeiro lugar, é importante dizer que esta segunda fase está sendo implementada sem ainda ter havido qualquer avaliação do impacto do primeiro Programa nas atividades da Universidade; e sabemos empiricamente que algumas pesquisas e laboratórios foram afetadas, por exemplo. Em segundo lugar, assim como o PIDV 1, não foi realizado nenhum estudo prévio de setores que poderiam ou não ter demissões, de acordo com critérios como, por exemplo, a demanda do serviço, número de funcionários em exercícios, etc. Por fim, o PIDV 2 obteve um total de 1.465 inscritos, o que representa, por um lado, aproximadamente, 10% dos funcionários da USP e, por outro, cerca de 1.000 funcionários inscritos acima do recurso orçamentário inicialmente destinado ao PIDV 2. Frente a isso, qual a proposta da Reitoria? Demitir todos os funcionários, sem dar importância ao impacto das demissões na condução das atividades da Universidade? Como não conseguiu acordo para aprovar esta demissão massiva, o PIDV 2 entrará apenas como informe da reunião. O fim último dos Programas de Demissão na USP é enxugar o quadro de funcionários concursados e abrir as portas para a terceirização, um modelo de Universidade que logo apresentará reflexos negativos em dois âmbitos: na qualidade do ensino, pesquisa e extensão e nas condições de

trabalho e remuneração dos funcionários técnico-administrativos.' Peço desculpas pela rapidez com que li, mas é porque o tempo é bem mais curto do que o tempo destinado às figuras da mesa, o que me parece um pouco antidemocrático. Além disso, quero declarar minha solidariedade ao Professor Magalhães. O que cabe aqui não são os posicionamentos dos diversos Conselheiros, de modo a receberem rechaços e críticas como estapafúrdios e qualquer outro palavreado cuja retórica pode ser muito bem malandreada por qualquer um de nós aqui, mas entender qual projeto de Universidade está sendo colocado. Quando o Reitor afirma que sua boa intenção, declarada em seu programa de diálogos com os setores vários da sociedade e os setores Universitários da comunidade acadêmica é uma realidade, eu tendo achar que isso sim é um palavreado um pouco mais vazio, visto que enfrentamos um processo de greve no semestre passado, que invadiu um pouquinho este semestre, e todos os pedidos de negociação e toda proposição de negociação foi absolutamente negada. É um diálogo um pouco diferente daquilo que entendo como diálogo, a prática talvez seja um critério importante de nossa verdade. Quero também deixar aqui claro, um entendimento do que será um diálogo com a sociedade. Como bem colocou o Reitor de que 'fazemos, sim, um diálogo com a sociedade, tanto é que fui falar com vários alunos empresários bem sucedidos'. Começo a pensar um pouco do que se espera de uma Universidade que foca em seus empresários bem sucedidos e não naqueles que trabalham para esses empresários bem sucedidos; não naqueles professores que são formados pelos cursos de licenciatura e vão trabalhar nas escolas públicas; não por aqueles que se formam nos mais diversos cursos e vão enfrentar o setor privado, onde há desemprego e não se oferece boas medidas. Quero deixar aqui o meu repúdio pela falta de diálogo, porque falar com o setor dos empresários é falar uma pequena parcela da população, falar com o colegiado do Conselho Universitário é falar com bem pouco da Comunidade Universitária. E vir aqui para sentar nesta mesa, falar e achacar professores, estudantes e qualquer um que se coloque como oposição aqui dentro, não é entender o dissenso como parte da prática democrática, mas entender o dissenso como repudiável e como inadmissível - coisa que bem percebeu o Prof. Hélio Lourenço de Oliveira no livro que todos recebemos - não pode ser admitido no sistema democrático." **Cons.ª Paula Mikami De Souza**:

De antemão, quero pedir desculpas porque sofri uma paralisia facial recentemente e por isso vou falar um pouco mais devagar. Este também é meu último Co, sou representante da pós-graduação e faço mestrado em História. Nosso mandato se encerra agora e o que me coube, particularmente, neste mandato, foram as causas das mulheres e dos LGBTs. Neste sentido, tivemos um ano bastante difícil, com mães brigando para colocar seus filhos em creches; mulheres brigando para ter suas denúncias encaminhadas; e denúncias de abusos e de estupro, não só vindo de colegas, mas também de professores. LGBTs que também, apesar da USP ser o maior polo de produção de conhecimento no Brasil, esforçam-se para estudar aqui e para não apanhar - em alguns institutos mais que outros. Mesmo em 2016, lutam para poder fazer suas pesquisas em pé de igualdade com nossos colegas heterossexuais, portanto, lutamos contra a violência machista e LGBts fóbicas todos os dias. Tivemos avanços em 2016, sendo o principal os coletivos de mulheres, os coletivos LGBTs que conseguiram ou estão conseguindo se articular, muitas vezes, com os professores, mas a maioria das vezes conosco mesmo. É bem difícil fazer isso, porque não é toda mulher que quer ter seu caso de abuso explorado pela Universidade e não é toda mulher que quer ser conhecida como a mulher que foi estuprada pelo colega ‘x’, pelo funcionário ‘y’ e professor ‘z’. É bem difícil quando descobrimos que um professor, que tinha uma relação ‘x’ com o aluno, muda quando descobre que ele não é heterossexual. Isso acontece, sim, na USP de 2016. Os coletivos são cheios de casos e, infelizmente, a maioria dos casos não conseguirmos tocar para frente porque, muitas vezes, sentimo-nos humilhados. Quero terminar pedindo para que as colegas mulheres - professoras, Rds, funcionárias e colegas LGBTs - continuem trazendo as nossas pautas e fazendo-se ouvir. Sabemos que a luta não está aqui no Co, sabemos que nossa luta está lá fora, mas não podemos ser silenciados em lugar algum.” **Cons. Bruno Sperb Rocha**: “Em nosso expediente, vou tentar tocar em pelo menos dois temas. Primeiro, não sei se todos aqui já sabem, mas recentemente foi julgado o dissídio de greve dos trabalhadores da USP. O Tribunal se julgou incompetente sobre o mérito, mas decidiu, por unanimidade, com o voto dos 12 desembargadores do Tribunal, que a USP deveria devolver os salários cortados dos trabalhadores, diga-se de passagem, sendo cortados até agora. Ontem saiu o holerite de todos que estão

aqui, mas de 460 trabalhadores este holerite veio com desconto salarial ainda da greve, o que a Reitoria vem fazendo e planejava fazer mais uma vez esse mês. Fruto da mobilização dos trabalhadores que se organizaram, viemos e fizemos um ato em frente à Reitoria. A Reitoria disse que vai reverter isso e que o pagamento a ser realizado nesta semana será feito integralmente; disse que a devolução dos salários, ela só iria discutir conosco depois da publicação do Acordão do julgamento. Foi publicado ontem e ontem foi expedida a notificação para a Universidade. Quero dizer à Reitoria que atacou nosso direito de greve, realizando esses cortes e impondo dificuldades e fome a centenas de famílias por estarem exercendo seu direito de greve para defender a Universidade, que cumpra o que discutiu ontem com a nossa representação, marcando imediatamente uma reunião conosco e pague imediatamente os salários, porque essa é uma questão urgente, em que centenas de famílias continuam passando uma enorme dificuldade e, em vários casos, diretamente com dificuldades para se alimentar e subsistir, fruto da decisão do Reitor de atacar nosso direito de greve e, de fato, estar contrariando uma decisão judicial unanime do Tribunal e que só não foi, mais uma vez, desrespeitada nessa semana, graças à mobilização dos próprios trabalhadores e do ato que fizemos ontem. Então, por favor Reitor, tome providências para que os salários sejam imediatamente pagos, respeitando a decisão judicial. O segundo tema é sobre a explicação que o Reitor deu a respeito do Convênio com a McKinsey. Sobre a maior parte da explicação, quero seguir o exemplo e dizer o seguinte: o que vocês ouviram aqui foi enrolação, um discurso de confusão sobre a maior parte desta explicação. Dirijo os mesmo adjetivos, que não deveriam ser usados, mas que foram usados pelo Reitor contra o Professor, porque uma parte não acho que não foi confusão, foi bastante precisa, quando o Reitor disse que o interesse das empresas que eles dirigem é o interesse da sociedade. Esta é uma frase cristalina a respeito da concepção do que é sociedade e do que é Universidade. Como disse o Reitor, esses empresários, dirigentes de grandes multinacionais, como Natura, Itaú, Ultrapar e Cosan, que estavam presentes nesta reunião, de fato estão interessados em mão-de-obra qualificada e inovação, para os seus interesses, para produção das suas tecnologias e das suas mercadorias, etc. E os cursos que não atendem às necessidades de mão-de-obra e inovação dessas empresas? E as pesquisas que não atendem às

necessidades de produção tecnológica dessas empresas, como ficam? Falar em sugestões sobre a gestão da USP é atribuir a nós muita ingenuidade, acho que é uma visão de mundo quase fofa. Achar que essa gente faz sugestões desinteressadas, contribuem mais com os impostos porque gosta da Universidade, como disse o Reitor na sua comunicação, e dizer que nada disso é secreto, porque, afinal, a agenda do Governador é pública, é quase uma provocação. Como já disse o Professor, fazer as coisas minimamente transparentes - eu não chamaria isso nem de transparente, porque esse colégio aqui é diminuto e antidemocrático -, mas sequer com esse Conselho Universitário quaisquer dessas questões foram discutidas com antecedência. O que está em jogo é sim entregar nas mãos dessas multinacionais a gestão e a direção da Universidade, ou seja, o futuro da USP. Para além disso, sobre os gráficos para justificar isso tudo, queria dizer que com todas aquelas setas crescentes sobre a produção e número de cursos, de formandos, de títulos e a produção de trabalhos e produção intelectual da Universidade, faltou mostrar que está estagnada a reta do número de professores nesta Universidade. É bastante decrescente e, especialmente, decrescente ao longo dessa gestão, a seta do número de funcionários desta Universidade e aquela outra seta decrescente dos gastos, essa sim é que mostra isso. Mostra que até agora, sem o novo PIDV, até março, essa gestão da Reitoria fechou 2.034 postos de trabalho. Com essa decisão está fechando mais 397 postos e deixando para o futuro a decisão de fechar outros. O que aquela reta mostra é 25% a menos de leitos nos hospitais, 40% nas UTIs e uma redução de 31% nos atendimentos ambulatoriais dos hospitais, o fechamento do Pronto-Socorro, o fechamento de todas as vagas das creches nos últimos dois anos, com 250 vagas ociosas; 45% dos trabalhados dos restaurantes doentes e centenas de trabalhadores terceirizados, que já trabalham em uma situação de superexploração, isto é, sendo demitidos e os que ficam, ficam em uma situação de exploração ainda maior. Isso é o que está por trás daqueles gráficos todos que o Reitor mostrou."

M. Reitor: "Vale um esclarecimento para o Conselho. Quando assumimos a gestão da Universidade, esta tinha mais de 17 mil servidores, com um pouco menos de 6 mil professores, ou seja, quase três para um. Não existe Universidade, pelo menos razoável no mundo que tenha um quadro de servidores deste tamanho, inflado. Grande parte destes servidores, em número

pelo menos, foram contratados nos quatro anos que antecederam a nossa gestão, pelo menos 2.400 postos novos de servidores, grande parte deles colocados nos órgãos centrais. Não há gestão que se sustente dessa forma, não há fonte de recurso suficiente para manter este delírio, portanto, não tenho nenhuma dúvida de que o número de servidores na Universidade - não tem nada a ver com a qualidade, muitos são pessoas de elevada competência, muitos contribuem, realmente, para o progresso da Universidade, não é esse tipo de crítica - e os reajustes na carreira, entre outros, é que elevaram os vencimentos de muitos, muito acima das outras universidades paulista, colocaram, sim, essa Universidade na rota da destruição. Não tenho nenhuma dúvida, não contrataremos novos servidores até o final deste mandato, já disse isso e volto a afirmar, para que não haja nenhuma dúvida, pelo contrário, se fizermos alguma contratação - e já anunciei aqui - será de professores, porque ao mesmo tempo que o quadro de servidores inflava muito além daqui, que é aceitável, houve um aumento insignificante do número de professores. A medida que o tempo passa, mesmo que não tenha havido esvaziamento dos nossos quadros, a Universidade precisa continuamente ser renovada pela entrada de novos pensadores e novas pessoas no seu quadro Universitário. Apesar do cuidado que precisamos ter agora, não tenho ilusões de que vamos fazer substituições maciças daqueles que se aposentaram, não é possível com essa dotação orçamentária. O que temos que fazer é atender necessidades urgentes de alguns cursos de graduação e irrigarmos a Universidade com pesquisadores e pessoas que possam manter a excelência e a qualidade, esta é a política de recursos humanos até 24 de janeiro de 2018, depois disso será responsabilidade daquele ou daquela que for eleito ou eleita. Está claro, não há motivos para brigarmos, é isto que será feito." A seguir, o **M. Reitor** passa à **ORDEM DO DIA. Item 3 – REVISÃO DO ORÇAMENTO DA USP. PROCESSO 2016.1.12357.1.1 – USP**. Segunda revisão do Orçamento da USP. **Cons. Adalberto Américo Fischmann (apresentação):** "Boa noite a todos, farei uma apresentação, o quanto possível sintética, sobre a segunda revisão de nosso orçamento. Chamo a atenção que nós tivemos uma primeira revisão, que foi apresentada aqui neste Co em julho, portanto, há três meses, com os dados referentes até o mês de maio deste ano. Agora, faremos a avaliação do orçamento até o mês de agosto passado. O primeiro *slide* mostra

claramente que os valores nominais que temos, no primeiro histograma à esquerda, indicam uma redução na arrecadação do Estado de São Paulo muito acentuada. Se fizermos a análise deflacionada no histograma em vermelho, do lado direito, com o ajuste pelo índice geral de preço 'IGP-DI' de agosto de 2016, vemos claramente que entre 2013 e 2016, data desta segunda revisão, temos um progressivo deterioramento da arrecadação do Estado de São Paulo, que saiu de R$ 107 bilhões em 2013 e chega agora, ao fim deste ano, com dados de agosto de 2016, projetado para R$ 91 bilhões. Quero ainda salientar que na proposta orçamentária que tivemos a oportunidade de trazer em dezembro de 2015, projetamos para o fim do ano de 2016, um *déficit* que, creio, todos estão lembrados, de R$ 543 milhões. Por ocasião de nossa primeira revisão do orçamento, esse *déficit* subiu para 625 milhões de reais. Hoje, trago a notícia de que este *déficit,* sim, deverá subir mais ainda até o final do ano. A projeção que está sendo feita agora é de R$ 659 milhões, ou seja, mais R$ 34 milhões acima daqueles R$ 625 milhões que trouxemos em julho deste ano. Todavia, por que estamos nesta situação? Gostaria de salientar que no orçamento que fizemos em 2015, em novembro, este *déficit* de R$ 543 milhões se justificava porque tinha uma inflação projetada pelo governo paulista de 5,5% para o ano de 2016 e uma redução do PIB de menos 0,4%, menos de meio por cento. Esta era a projeção do Governo do Estado. O que efetivamente aconteceu, uma brutal recessão, que todos nós acompanhamos, e uma retração dos repasses do Tesouro decorrentes, em grande medida, de uma inflação que, ao invés de ser 5,5%, foi de 7,3%, além de uma redução do PIB projetado de 0,4% para 3,14% negativos, estes são os dados do boletim *Focus* do dia 30 de setembro deste ano. Todos sabemos disto. Qual a consequência? A consequência foi que tivemos uma redução da quota parte de R$ 360 milhões, ou seja, possuíamos uma projeção de R$ 4,940 bilhões e estaremos terminando o ano de 2016 com uma previsão final de R$ 4,580 bilhões. Então fica claro que R$ 360 milhões do nosso *déficit* são simplesmente decorrência desta retração da quota parte que é transferida para a Universidade. Temos, nesse caso, um quadro interessante, pois como pode-se ver na primeira linha, quanto às receitas não vinculadas, tivemos uma redução de R$ 316 milhões. Na segunda linha, receitas do Tesouro do Estado, tivemos uma redução de R$ 360 milhões, na receita própria tivemos o contrário, ou

seja, conseguimos, com as aplicações financeiras, essencialmente, aumentar em R$ 43,4 milhões. Nas despesas vinculadas, temos um outro dado interessante, tínhamos projetado, no orçamento inicial para 2016, R$ 5,487 bilhões e estamos agora estimando para o fim deste ano, R$ 5,487 bilhões. O que significa isso? Um brutal esforço que a Reitoria - e todos nós - estamos compartilhando para reduzir os nossos gastos. Creio que é muito importante mostrar estes dois elementos, de um lado a redução dos repasses e de outro lado, o empenho que a comunidade da Universidade está fazendo para poupar os parcos recursos que temos. Com isto, nosso *déficit,* que era estimado em R$ 543 milhões, estará sendo revisto agora, até o fim do ano, com as informações de hoje, para R$ 659 milhões, quase R$ 660 milhões. Gostaria de fazer uma análise comparativa entre 2013 e 2016, mostrando o esforço de redução de despesas nesse período de praticamente 4 anos, mas não nos esqueçamos da forte retração dos repasses do Tesouro paulista para a Universidade. Observamos claramente, quando olhamos a curva das receitas do tesouro a partir de 2010, curva em azul, na qual temos que as receitas do Tesouro ainda eram superiores às despesas. Vejamos o que aconteceu na gestão anterior, 2010, 2011, 2012 e 2013: a curva vermelha saltou violentamente, superando os repasses do Tesouro paulista. Por favor, notem que estes dados estão deflacionados. Analisemos agora, o que aconteceu depois de 2013. A despesa foi contida e diminuiu, mas, como sabemos, as receitas do Tesouro, em azul, também ficaram muito menores. Então as receitas da Universidade só foram possíveis graças às receitas que foram criadas nas gestões anteriores, não apenas na gestão anterior, mas nas gestões anteriores. Vamos analisar um pouco os gastos com o pessoal. Quando olhamos a despesa com pessoal de 2016 em relação a 2013, nós temos um gasto menor em 2016 de 12,7% , são todos números deflacionados. Em relação ao ano passado, graças também ao PIDV, tivemos uma redução de 4,6%, creio que são dados ilustrativos do tamanho do esforço que a Universidade está fazendo. Temos ainda um quadro contendo os outros custeios e investimentos. Novamente observe a redução. Entre 2016 e 2013, temos 48% a menos, quase metade a menos, ou seja, estamos vivendo a pão e água e por isso não terminamos os museus e não terminamos os outros prédios. Em 2016, relativamente ao ano passado, temos menos 2,4%. Creio

que são dados que expressam bem a realidade que todos estamos percebendo e sentindo na carne. Este histograma mostra esta evolução de despesas com outros custeios e investimentos; é possível perceber claramente que entre 2010 e 2013 houve uma progressiva ascensão nesses gastos e hoje temos, em 2016, um gasto inclusive inferior ao do ano passado. Tínhamos em 2013: R$ 1,281 bilhão e temos agora R$ 664 milhões. Isto é muito significativo na vida da Universidade. Na despesa total, novamente comparando 2016 com 2013, temos quase 20% a menos e em relação ao ano anterior, 2015, temos 4,4% a menos, ou seja, estamos fazendo o nosso trabalho. Olhando a receita, veremos que a mesma, infelizmente, encolheu, ou seja, de 2016 a 2013 quase 17% a menos em termos reais; e de 2016 a 2015: 7% a menos em termos reais, em termos nominais estamos praticamente iguais. Olhemos agora este gráfico que mostra o comprometimento dos gastos com pessoal em relação ao que recebemos do Tesouro paulista, observe que, em 2010, fechamos o ano abaixo de 80%; em 2011 com 82%; em 2012 com 96%; em 2013 com 99%; em 2014 com 106% – acendeu a luz vermelha, fizemos o PIDV e, em 2015, descemos para 101% e devemos terminar este ano com algo em torno de 105% de comprometimento. Agora vamos adicionar as curvas da receita e de despesas total. Observem como estamos bastante folgados em relação ao nosso comprometimento e como a curva do Tesouro, em verde, nos dava colchão para fazermos tudo o que fizemos nos anos de 2010 a 2013, contudo nos anos a partir de 2014, a curva do Tesouro verde ficou abaixo da curva vermelha, assim esse comprometimento de pessoal se tornou esse grande problema. Éramos 'felizes' quando tínhamos um comprometimento abaixo de 80%, na medida em que esse comprometimento foi crescendo, começaram os nossos problemas. Creio que está um pouco poluído este gráfico, pois na direita, o eixo das ordenadas, está indicando os bilhões de reais, ao passo que, na esquerda, temos a porcentagem de comprometimento, mas creio que todos já estão familiarizados com essas informações. Quero concluir dizendo que as despesas com pessoal são muito inflexíveis. Há uma dificuldade extraordinariamente grande de se fazer redução nesse comprometimento, por outro lado, as dificuldades de cortes adicionais de despesas de custeio e investimentos praticamente já não existem a esta altura, podemos ter um pedacinho aqui e outro acolá, mas é praticamente insignificante. Diria que a

perspectiva que temos pela frente, em termos de repasse, é de uma expectativa de PIB em queda, terminando este ano em menos 3,14% e uma expansão muito moderada para 2017 de 1,30%. Claro que teremos este último trimestre do ano: outubro, novembro e dezembro, para aferir melhor estes dados que aqui estão, mas tudo depende de como que a economia brasileira e essencialmente paulista, irão se comportar nesse último trimestre. Teremos que trazer as diretrizes orçamentárias já no mês que vem e teremos que ter o orçamento de 2017 aprovado ainda em dezembro deste ano. Desta forma, teremos que ter muito cuidado para revermos as prioridades de despesas que teremos pela frente. Gostaria, ainda, para encerrar minha apresentação, de fazer uma grosseira simulação. Todos estamos vendo que nosso comprometimento com pessoal – estou fazendo uma simulação que preparamos com a CODAGE – de quase 105%, ou mais precisamente 104,91% de comprometimento com folha que esperamos encerrar este ano. Sem este PIDV estaríamos hoje com 109,5% – sem o primeiro PIDV, este valor refere-se aos quase 5% que mencionei anteriormente. Se estivéssemos concedido os aumentos propostos pelo Fórum da 6 em 2015: de 8,35% e mais em 2016: de 12,34% – todos se lembram que o aumento de 2015 foi de 7,21% e não 8,35% e que, a correção da remuneração em 2016, foi em 3% e não 12,34% – se tivéssemos seguido o pleito feito, estaríamos, a esta altura, com 118,91%. O que foi comentado anteriormente. A esta altura não teríamos o salário sequer deste mês. Não teríamos nada para viver. Nem o 13º e tão pouco 2017, sinto muito de ser portador de notícias que não são nem um pouco alvissareiras, mas nós nos sentimos, na COP, absolutamente responsáveis por trazer estes números, para que todos tenhamos clareza em saber as finanças e economias da Universidade e como estaremos projetando a situação para 2017. Muito obrigado, estou às ordens caso alguém tenha alguma dúvida. Apenas para terminar, gostaria de fazer ainda mais um comentário. Todos se lembram que, em 2014, tivemos um *déficit* de mais de R$ 1 bilhão - R$1,100 bilhão em números redondos; o ano passado o buraco do *déficit* também foi de quase R$ 1 bilhão, foi de exatamente R$ 988 milhões e, para este ano, estamos projetando, por ora, um *déficit* de quase R$ 660 milhões. Isto demonstra o quanto estamos trabalhando para o bem da Universidade, mas os tempos, infelizmente, são adversos. Muito obrigado.” Ato

contínuo, o Conselheiro Marcos Nogueira Martins faz um comentário fora do microfone, ao que é respondido pelo Conselheiro Adalberto Américo Fischmann. A seguir, o **M. Reitor** relembra que o referido tópico será votado, no caso, a autorização de que o *déficit* total da Universidade em relação ao orçamento votado em dezembro do ano passado (2015) seja acrescido em R$ 116 milhões. **M. Reitor:** "Vale lembrar que recentemente o Diretor Financeiro da UNESP disse que não tem certeza se a UNESP terá recursos suficientes para pagar 13º salários no próximo ano. Lembrando que a UNESP não deu aquele aumento que os Titulares tiveram há vários anos aqui na USP, e ainda não começou a pagar os 3% adicionais que foram decididos e estão sendo pagos este ano na USP e Unicamp." **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:** "Quero reforçar com o Professor Fischmann, este comentário no final, pois é muito atraente, no discurso, dizer que a USP deveria ter mantido contratações, reposto professores, reposto funcionários, não ter feito o PIDV, manter as obras, fazer um aumento real de salários, mas pelo que o senhor demonstrou, pelos gráficos apresentados, provavelmente neste ano teríamos um *déficit* de no mínimo R$ 1,4 bilhões independente de obras, dependendo das obras seria possível chegar até R$ 2 bilhões. Como foi demonstrado, temos R$ 500 milhões ao final do ano, esta reserva já teria sido consumida durante o ano e estaríamos, como pode ser visto nos jornais, igual ao Rio de Janeiro, no qual pagarão 70% dos salários e não pagarão fornecedores. Minas Gerais também declarou que até dezembro, o pagamento de servidores será escalonado e será dividido. Creio que seria interessante a COP mostrar à comunidade qual foram os efeitos desses cortes e, se estes não tivessem acontecido, o que aconteceria com a Universidade e com os nossos salários. Ademais, qual a perspectiva que o senhor, como Presidente da COP, vê de uma recomposição via Governo do Estado, se seria possível pedir uma complementação, o quão fácil ou difícil seria obter estes recursos complementares se estivéssemos mantendo a máquina com a mesma velocidade. Desta forma, a primeira é uma sugestão para termos estes dados claros para a comunidade, entender o motivo dos cortes e seus efeitos e, em segundo ponto, uma visão do senhor sobre a possibilidade de complementação de verbas via Governo do Estado." **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** "Professor Carlotti, agradeço pela sugestão de divulgação dessa situação, creio que quanto mais socializarmos

essas informações, tanto mais haverá entendimento e tanto mais convergência de interesses haverá entre nós. Acredito que são números feios, mas é a realidade e temos que divulgá-los. Qual a perspectiva de mudança? Em primeiro lugar, creio que a esta altura somos credores de uma série de ajustes que não foram feitos e que, certamente, no momento em que pudermos fazer acredito que serão repostos, provavelmente com um certo cuidado, pois as coisas não mudam de um hora para outra. Se começarmos a perceber que a economia começa a melhorar nesses últimos três meses do ano e no primeiro semestre do ano que vem, começaremos a ter muito mais confiança. O grande problema é que hoje não temos essa segurança para lançarmos mão de quaisquer recursos adicionais. Infelizmente, no meu modo de ver, a COP tem trabalhado em cima disso, tem feito estudos em cima disso, mas teremos que apertar o cinto ainda para podermos atravessar esse período, que é razoavelmente incerto. Há a expectativa em todos nós de que se as coisas melhorarem, teremos mais docentes, teremos reajustes como tivemos no passado. Hoje não dá para assumirmos isso e nem para estabelecer uma data." **M. Reitor:** "Vou pedir que sejam objetivos, pois temos um tópico para ser votado e, portanto, há total liberdade de falarmos, mas procurem ser objetivos, pois além de votarmos isso, há ainda mais um tópico para ser votado pelo Conselho e não podemos quebrar o quórum." **Cons. João Cyro André:** "Gostaria de destacar inicialmente as palavras do Professor Fernando Menezes, Controlador Geral da Universidade. Ele disse uma série de coisas que havia notado aqui, e fez alguns anúncios que me parecem extremamente importantes. A apresentação do Professor Adalberto Fischmann também me parece absolutamente consistente e o panorama é extremamente difícil para a Universidade, não direi as razões, pois elas são conhecidas, pularei esta parte, mas não devo deixar de considerar que temos hoje 12 milhões de desempregados no país, vemos uma situação muito grave no país, de empresas demitindo e sem capacidade de honrar seus compromissos. Vemos uma diminuição real, notada pelo Professor Adalberto, de 12% na arrecadação real do ICMS de 2014 para cá. Foi maior em 20% em 2013. Este desequilíbrio que estamos constando, como foi observado, instalou-se de 2011 para cá e, apesar de todos os esforços que foram feitos pela atual gestão, eles têm se mostrado insuficientes em função do declínio dos repasses do Tesouro do

Estado de São Paulo para a Universidade. Teremos que ser realistas, sob pena de não o sendo, não termos a possibilidade de pagar salários na Universidade. Notei algumas coisas, algumas poucas serão repetidas, há um decréscimo das receitas do Tesouro em R$ 360 milhões, as despesas não foram ditas, mas, praticamente, nesse reajuste, não há variação das despesas, as despesas que foram programadas no orçamento, que foram previstas no começo do ano, estão se mantendo agora, de modo que não houve praticamente variação nessas despesas: o que mostra um controle rígido dessas despesas na Universidade. É importante chamar a atenção para um aspecto: nos fixamos no 105% de comprometimento do pessoal em relação aos repasses do Estado, mas o comprometimento das despesas totais da Universidade de São Paulo em relação ao Tesouro é de 120% e esse número é assustador. Portanto, algum ajuste extremamente forte terá que ser feito. A reserva financeira que foi mencionada anteriormente: em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 1.153 milhões. Quanto a esse valor, eu tinha feito um cálculo, uma previsão, um pouco mais otimista que a apresentada pelo Professor Adalberto, de R$ 600 milhões ao final do ano, o que nos leva – se não mantivermos esse controle rigoroso do orçamento – a uma situação de impossibilidade de fechar o ano pagando o 13º salário. Então, a situação é extremamente crítica. Quero, ainda, fazer minhas últimas observações, pois me parece que há algo que deveria constar nas próximas diretrizes orçamentárias – sugestão que enviei para ser apreciada –, repetirei uma fala do Professor Fernando, precisamos estabelecer um limite máximo de gastos com a folha, não podemos analisar, em cada momento, o que será gasto, devemos ter, também, os limites que devemos estabelecer. Os parâmetros de sustentabilidade econômica e financeira para a USP deveriam estar aqui antes da aprovação do novo orçamento e não somente como uma previsão pontual do orçamento de 2017, mas com uma projeção de pelo menos cinco anos, para que possamos fazer o ajuste necessário, para que seja possível termos um norte na atuação do controle do orçamento da Universidade. Procurei resumir minhas observações, mas quero ressaltar as apresentações altamente qualificadas dos Professores Adalberto e Fernando e dizer que nossa situação é extremamente difícil. Trabalhar em um plano conceitual, em um plano ideal, é uma coisa, trabalhar no mundo real é outra e estamos no mundo real hoje, razoavelmente distantes de alguns pleitos

que conceitualmente são bons para a Universidade, mas se defrontam com o problema da capacidade pagadora da Universidade. Imagino que teremos dois ou três anos extremamente difíceis pela frente, com os quais teremos que lidar. Esse é o panorama que se apresenta e procurei dar um pouco mais de tintas ao que foi apresentado pelo Professor Adalberto." **Cons.ª Jessica de Oliveira Monteiro Izidoro:** "Primeiramente gostaria de parabenizar a administração e declarar todo o meu apoio a todos os projetos de fundos patrimoniais. Creio que é nesse sentido que a COP deve caminhar e não apenas ficando a mercê do ICMS, tendo 120% da folha de pagamento comprometida. Como achar que isso vai resolver os problemas da Universidade e que dinheiro nasce em árvore. Os fundos patrimoniais funcionam muito bem hoje na FEA, Poli e Medicina, milhões de reais são geridos e financiam projetos e laboratórios. Mais de 40 projetos na Poli, creio que é nesse sentido que a COP deve caminhar." **Cons. Hélio Nogueira da Cruz:** "Em primeiro lugar gostaria de dizer da minha satisfação de voltar às reuniões do Conselho Universitário, sei que o momento é difícil e, para não criar expectativa, vou votar a favor da proposta de revisão do *déficit*. Creio que isso se impõe e não há outra alternativa, ainda mais depois das palavras do Professor Fernando Menezes, de que nós fomos responsabilizados pelas contas em exercícios passados, então é uma cautela acompanharmos a evolução destas contas, pois seremos responsabilizados se as coisas não andarem adequadamente. Desta forma, isto é algo que se impõe. Na minha opinião, necessitamos da aprovação desta revisão, mas gostaria de dizer mais do que isso. Acompanhei as contas da Universidade por várias formas, inclusive pela Congregação da FEA, e várias vezes eu inquiri o Professor Adalberto por uma questão que chamarei de técnica. No orçamento da Universidade usamos as previsões feitas pelo Governo do Estado, seja de inflação ou crescimento e, frequentemente, elas são notoriamente irrealistas. Então temos aqui uma espécie de armadilha, qual o orçamento que vamos ter como referência? Nesta apresentação do Professor Adalberto ele cita a previsão *Focus*, mas nos anos atrás não era ela que aparecia, mas sim a previsão do Governo, notoriamente equivocada, o que todos sabíamos. Faziam-se revisões, pois havia uma previsão equivocada do Governo e o Governo tinha suas razões orçamentárias – para não sobrar dinheiro para que se gastasse demais e ele não precisasse contingenciar

posteriormente. Acho que não deveríamos ter tantas revisões. Pelo menos nas previsões, fica um desafio para a COP, qual previsão utilizar? O que fazemos com a previsão do Governo e as demais que circulam pelas pessoas mais bem informadas. Pelo menos aparecer as duas, se quiser usar a do Governo, para dizer que a do Governo seja útil, mas também uma previsão de mercado, como a da *Focus*, para que os Conselheiros e nossa comunidade sejam bem informados e não tenham surpresas. Para mim não, essas informações não eram surpreendes – e creio que disse isto em campanha – os números desenhavam uma situação difícil. Tem apenas um detalhe técnico do *Focus*, pois o *Focus* do fim do ano dá exatamente a previsão do que ocorreu. Eles fazem uma previsão no começo do ano e vão ajustando ao longo do ano para dar certo ao final das contas. Mas aquela previsão do começo do ano deveria nortear as nossas informações, inclusive para nortear nossas políticas. Deixo uma sugestão de se considerar, além da previsão oficial, outras que abundam por aí." **M. Reitor:** "Estamos em condições de votar e o voto é muito simples, se concordam ou não com este aumento do nosso *déficit* em relação à revisão votada em dezembro, pois em abril fizemos um exame, mas não foi de fato submetido à votação. Notamos um aumento e registramos o crescimento do *déficit* previsto para R$ 80 milhões, mas depois disso a previsão do Governo do Estado caiu ainda mais e estamos, neste momento, fechando para aquilo que deve ocorrer este realmente. Não há mais previsão de queda no ICMS, ao menos esperamos por isso. Devo dizer que esta é mais uma questão formal. De prático e importante para a nossa vida, no próximo ano, é que durante o mês de novembro faremos uma reunião extraordinária do Conselho Universitário, pois estava previsto para hoje a discussão e votação das diretrizes orçamentárias, mas pareceu a todos que isto seria precoce, diante da grande modificação que ocorreu na economia e desta queda muito acentuada no ICMS, o que pode se modificar um pouco. Preferimos fazer a votação das Diretrizes em novembro. A data ainda precisaremos definir, a seguir, quanto a última reunião do ano, permanece na data prevista, em dezembro, quando se votará o orçamento. De prático, de modo a encaminhar o próximo ano, será na próxima reunião em novembro, quando será discutido e votado as diretrizes orçamentárias para o próximo ano. Hoje trata-se de uma questão formal, não sendo aprovada, o Reitor deverá dar um jeito de cortar mais R$ 116 milhões do

orçamento da Universidade." **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 76 (setenta e seis) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 4 (quatro) votos; Total de votantes = 81 (oitenta e um). É aprovada a segunda revisão do orçamento da Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** "Peço mais um minuto de paciência para examinarmos o item 5 da Ordem do Dia. Trata-se de um pedido especial da Direção da FEA de Ribeirão Preto." **ITEM 5 - REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE HABILITAÇÃO. PROCESSO 2015.1.1104.81.7 - FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de reformulação curricular do Curso de Economia Empresarial e Controladoria. Habilitações em Economia ou Contabilidade. Ofício do Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli, ao Pró-reitor de Graduação, Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes, encaminhando a proposta de reformulação curricular do Curso Economia Empresarial e Controladoria, Habilitações em Economia ou Contabilidade, aprovado pela Congregação em 27.08.2015 (03.09.15). Ofício do Diretor da FEARP, ao Pró-reitor de Graduação, encaminhando a alteração do nome do curso para Economia Empresarial e Controladoria - Habilitações em Economia ou Contabilidade, bem como o novo Projeto Político Pedagógico devidamente corrigido, aprovado pela Congregação em 17.12.15 (21.12.15). **Parecer da CCV:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Fernando Antonio Slaibe Postali, favorável à reformulação solicitada com a extinção das ênfases do Curso (01.03.16). **Parecer do CoG:** aprova a manifestação da CCV, favorável à reformulação curricular do Curso de Economia Empresarial e Controladoria - Habilitação em Economia ou Contabilidade (10.03.16). **Parecer da CAA:** aprova o parecer da relatora, Prof.ª Dr.ª Margarida Maria Krohling Kunsch, favorável à reformulação curricular do Curso de Economia Empresarial e Controladoria –Habilitação em Economia ou Contabilidade (02.05.16). Na reunião do Conselho Universitário de 12.07.2016, os autos foram retirados de pauta. **M. Reitor:** "Pergunto se alguém tem interesse em se manifestar e se há alguém que gostaria de algum esclarecimento antes de colocarmos em votação." Não havendo manifestações, o **M. Reitor** passa à **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 72 (setenta e dois) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 8 (oito) votos; Total de votantes = 80

(oitenta). É aprovada a proposta de reformulação curricular do Curso de Economia Empresarial e Controladoria - Habilitações em Economia ou Contabilidade. **M. Reitor:** "O processo está aprovado, desta forma declaro encerrada a sessão." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 19h22. Do que, para constar, eu, Ignacio Poveda, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 4 de outubro de 2016.